

Estudantes do Ensino Superior e Empréstimos com Garantia Mútua

Inquérito de 2009

António Firmino da Costa (coord.)

Ana Caetano

Susana da Cruz Martins

Rosário Mauritti

Outubro 2009

Este estudo foi realizado por uma equipa de investigadores do CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

O estudo foi solicitado ao CIES pela SPGM – Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua.

A SPGM financiou o estudo e viabilizou o trabalho de campo, enviando aos estudantes com empréstimo o questionário que constituiu o instrumento principal de informação para o estudo, e recolhendo, em regime de anonimato, as respostas obtidas.

O questionário e o procedimento metodológico do inquérito foram concebidos pelo CIES, que também tratou os dados, realizou as análises e elaborou o presente relatório.

Os autores gostariam de agradecer, muito em especial na pessoa do Dr. J. M. Sousa Branca, todo o apoio prestado pela SPGM, assim como o seu respeito absoluto pela autonomia científica do CIES na elaboração do estudo.

ÍNDICE

Introdução	06
Enquadramento do estudo	06
Metodologia da pesquisa	14
1. Empréstimo com garantia mútua	17
1.1. Bancos	17
1.2. Valores do empréstimo	18
1.3. Duração do empréstimo	19
1.4. Motivos do empréstimo	20
1.5. Informação sobre os empréstimos	22
1.6. Outros empréstimos	23
1.7. Sugestões	24
2. Perfis estudantis	27
2.1. Caracterização escolar	27
2.2. Caracterização pessoal	35
2.3. Caracterização familiar	47
3. Valores dos empréstimos e perfis estudantis	55
4. Empréstimo com garantia mútua e bolsa de acção social: lógicas sociais distintas	62
Síntese conclusiva	77
Referências bibliográficas	81
Anexos	86

Índice de quadros

Quadro 1.1: Banco em que o estudante contratou o empréstimo com garantia mútua	17
Quadro 1.2: Valor total do empréstimo com garantia mútua	18
Quadro 1.3: Ano em que o estudante contratou o empréstimo com garantia mútua e número de anos do contrato	19
Quadro 1.4: Principais motivos para solicitar o empréstimo com garantia mútua	21
Quadro 1.5: Meios de conhecimento do empréstimo com garantia mútua para estudantes do ensino superior	22
Quadro 1.6: Contratação de outros empréstimos bancários	23
Quadro 1.7: Ano limite de pagamento de outros empréstimos bancários	24
Quadro 1.8: Sugestões visando melhorar o sistema de empréstimos com garantia mútua para estudantes do ensino superior	25
Quadro 2.1: Área de formação	27
Quadro 2.2: Tipo de instituição de ensino superior frequentada	28
Quadro 2.3: Localização da instituição de ensino superior frequentada: país e distrito	30
Quadro 2.4: Instituição de ensino superior frequentada	31
Quadro 2.5: Duração do curso frequentado (em anos) e ano curricular de inscrição	33
Quadro 2.6: Ciclo de estudos frequentado	33
Quadro 2.7: Ano lectivo da primeira inscrição no ensino superior	34
Quadro 2.8: Classificações médias	35
Quadro 2.9: Sexo	35
Quadro 2.10: Grupo etário	36
Quadro 2.11: Deslocação residencial em período lectivo	37
Quadro 2.12: Residência durante o tempo de aulas	38
Quadro 2.13: Distrito de residência	39
Quadro 2.14: Fontes de rendimento dos estudantes	40
Quadro 2.15: Trabalho remunerado dos estudantes	40
Quadro 2.16: Trabalho remunerado dos estudantes por grupo etário	41
Quadro 2.17: Trabalho remunerado dos estudantes por sexo	42
Quadro 2.18: Trabalho remunerado dos estudantes por área de formação	43
Quadro 2.19: Categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham	44

Quadro 2.20: Categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham, pelo tipo de trabalho remunerado	45
Quadro 2.21: Categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham, por grupo etário	46
Quadro 2.22: Nível de escolaridade do grupo doméstico de origem	48
Quadro 2.23: Condição perante o trabalho do grupo doméstico de origem	50
Quadro 2.24: Categoria socioprofissional do grupo doméstico de origem	51
Quadro 2.25: Irmãos a frequentar o ensino superior	53
Quadro 3.1: Valor total do empréstimo por área de formação	56
Quadro 3.2: Valor total do empréstimo por sector de ensino	57
Quadro 3.3: Valor total do empréstimo por subsistema de ensino	58
Quadro 3.4: Valor total do empréstimo por grupo etário	58
Quadro 3.5: Valor total do empréstimo por sexo	59
Quadro 3.6: Valor total do empréstimo por trabalho remunerado durante o curso	60
Quadro 3.7: Valor total do empréstimo por deslocação residencial em período lectivo	61
Quadro 4.1: Bolsa de acção social	62
Quadro 4.2: Valor mensal da bolsa de acção social (base+complementos)	63
Quadro 4.3: Tipo de apoio por finalidade dos apoios	64
Quadro 4.4: Tipo de apoio por sexo	64
Quadro 4.5: Tipo de apoio por grupo etário	65
Quadro 4.6: Tipo de apoio por sector de ensino	66
Quadro 4.7: Tipo de apoio por deslocação residencial em período lectivo	66
Quadro 4.8: Tipo de apoio por fontes de rendimento	67
Quadro 4.9: Tipo de apoio por trabalho remunerado durante o curso	68
Quadro 4.10: Tipo de apoio por categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham	69
Quadro 4.11: Tipo de apoio por origens sociais	70

Índice de figuras

Figura 4.1: Medidas de discriminação das variáveis nas duas dimensões da ACM	73
Figura 4.2: Perfis estudantis por tipo de apoio financeiro	75

Índice de anexos

Anexo A: Questionário aplicado no inquérito	87
Anexo B: Valor total do empréstimo por categoria socioprofissional do pai	90
Anexo C: Valor total do empréstimo por categoria socioprofissional da mãe	91
Anexo D: Área de formação por sector de ensino	92
Anexo E: Valor total do empréstimo por nível de escolaridade do pai	93
Anexo F: Valor total do empréstimo por nível de escolaridade da mãe	94
Anexo G: Finalidade do empréstimo pela finalidade da bolsa de acção social	95
Anexo H: Perfis estudantis por tipo de apoio financeiro (Análise de Correspondências Múltiplas)	97

Introdução

O sistema de empréstimos com garantia mútua direccionado para os estudantes do ensino superior foi criado em 2007 para, em articulação com outros programas com objectivos convergentes, estimular e alargar a participação dos estudantes no ensino superior. O estudo aqui apresentado decorre da necessidade de se desenvolverem mecanismos de monitorização que possibilitem caracterizar os estudantes que participam neste programa e que permitam auscultar esses estudantes acerca dos modos como entendem e como usam estes empréstimos.

Esta caracterização incidirá, em particular, na situação destes estudantes no ensino superior (área de formação, ano de estudos e instituição frequentada), nas suas características pessoais (sexo, idade, residência e fontes de rendimento) e nas suas origens sociais (escolaridade e profissão do pai e da mãe). Pretende-se igualmente, neste estudo, analisar os montantes dos empréstimos e as finalidades que os estudantes lhes atribuem, assim como a relação entre o sistema de empréstimos com garantia mútua e outros apoios prestados directamente pelo Estado através dos serviços de acção social.

Enquadramento do estudo

O sistema de empréstimos com garantia mútua aos estudantes do ensino superior surge num contexto de crescente importância que este nível de ensino assume nas sociedades contemporâneas. Na base dessa importância crescente está tanto a intensificação das aspirações sociais à qualificação e ao conhecimento, partilhadas por um número cada vez mais alargado de indivíduos no mundo actual, como o papel decisivo que o ensino superior assume numa economia global crescentemente impulsionada pelo conhecimento. Embora as mudanças de que tem sido palco não

ocorram de maneira uniforme nos diversos contextos nacionais, na realidade é possível identificar um relevante conjunto de tendências gerais que atravessam e compõem diferentes sistemas de ensino superior na contemporaneidade (European Comision, Eurydice e Eurostat, 2007; Eurydice, 2007, 2008; OECD/Santiago e outros, 2008a, 2008b).

Em primeiro lugar, importa referir a *expansão do ensino superior*, em termos globais, como uma das mais notáveis tendências das últimas décadas. Se em 1991 se registavam 68 milhões de estudantes inscritos no conjunto de países da OCDE, esse valor atinge os 132 milhões em 2004 (OECD/Santiago e outros, 2008a). Esta expansão é acompanhada pela *diversificação da oferta*, no sentido em que não só surgiram novos tipos de instituições, como os programas educacionais de cada uma delas se multiplicaram.

A composição do *corpo estudantil tem vindo também a tornar-se mais heterogénea* com a crescente diversidade socioeconómica e étnica dos estudantes, assim como com o incremento da participação feminina e do número de estudantes mais velhos. Estes últimos contribuem para aumentar a idade média do corpo estudantil e traduzem a intensificação de dinâmicas de formação ao longo da vida.

Destaque também para as *novas modalidades de financiamento* do ensino superior, nomeadamente através da diversificação de fontes de apoio financeiro, de um maior direccionamento dos recursos com base na performance e em procedimentos competitivos, bem como de um alargamento dos sistemas de apoio aos estudantes.

Assiste-se, ainda, à crescente *importância atribuída à responsabilização e ao desempenho* das instituições de ensino superior. A expansão deste nível de ensino coloca novos desafios no que diz respeito aos montantes e à aplicação das despesas públicas no ensino superior, o que, em articulação com pressões de mercado, tem

contribuído para o desenvolvimento de sistemas formais visando assegurar a qualidade dos desempenhos institucionais.

Concomitantemente, ocorreram *mudanças centrais no modo como as instituições de ensino superior são governadas*, nomeadamente com o surgimento de novas formas de estruturar e organizar as tomadas de decisão.

Por fim, importa destacar a tendência de *internacionalização, mobilidade e colaboração* no ensino superior, o que implica, crescentemente, a execução de trabalho em rede entre instituições, académicos, estudantes e outros actores relevantes.

Em Portugal verificam-se as mesmas tendências gerais de mudança no ensino superior, ainda que possam assumir configurações parcialmente específicas, relacionadas com a singularidade das estruturas sociais portuguesas e dos seus processos de desenvolvimento (Almeida, Costa e Machado, 1994; Almeida e outros, 2007; Costa e outros, 2000; Costa, Machado e Almeida, 2007; Machado e Costa, 1998).

O processo de alargamento progressivo do acesso ao ensino superior acarretou a *diversificação do perfil social dos estudantes* e teve implicações profundas na recomposição socioprofissional do país e na modernização das suas estruturas sociais. A extensão dessas mudanças torna-se mais perceptível por referência aos baixos níveis de escolarização da população portuguesa, particularmente os registados até à década de 1980.

Desde então a evolução tem sido persistente, significando uma melhoria significativa dos padrões educacionais da população activa portuguesa, mas ainda assim distanciada da situação social e escolar de muitos países europeus (Almeida, Machado e Costa, 2006; Costa e outros, 2000; Costa, Machado e Almeida, 2007; Mauritti, Martins, e Costa 2004; Martins, 2005). Em 2007, 14% da população portuguesa com

idade compreendida entre os 25 e os 64 anos detinha qualificações escolares ao nível do ensino superior, quando o padrão médio dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) atingia os 27% no mesmo período (OECD, 2009).

A expansão e abertura do sistema de ensino superior em Portugal tem vindo a ser acompanhada pela realização de um importante conjunto de estudos, extensivos e intensivos, nacionais e direccionados para a comparabilidade internacional, que vieram dar contributos apreciáveis (ao nível informativo, mas também conceptual e metodológico) para a compreensão não só das principais mudanças educacionais estruturais, como também das trajectórias e biografias dos estudantes.

A *análise das condições socioeconómicas dos estudantes* tem constituído, aliás, uma das principais linhas de investigação sociológica nesta área – em continuidade com os primeiros trabalhos sobre o tema na década de 1960 (Nunes, 2000) –, em estreita articulação com a análise das representações, valores, sociabilidades, práticas culturais e trajectórias dos estudantes (Almeida, Costa e Machado, 1988; Almeida e outros, 2003; Balsa e outros, 2001; Casanova, 1993; Costa, Machado e Almeida, 1990; Costa e Lopes, 2008; Fernandes, 2001; Fernandes e outros, 1998; Machado, Costa e Almeida, 1989; Machado e outros, 2003; Martins e Campos, 2005, 2006; Martins, Mauritti e Costa, 2005, 2008; Mauritti, 2002a, 2002b; Mauritti e Martins, 2007).

Estas análises destacam um *duplo padrão de recrutamento social*, que aponta para a continuidade de dinâmicas de reprodução social, mas também para processos de mobilidade social ascendente por via dos níveis de qualificação escolar. No fundo, a ampliação do leque de origens sociais dos estudantes coexiste com a persistência de assimetrias sociais no acesso ao ensino terciário, embora estas assimetrias venham progressivamente a atenuar-se.

Esse conjunto de pesquisas tem também realçado a tendência, que se estabeleceu muito rapidamente nas últimas décadas, para uma forte preponderância do segmento feminino no ensino superior. Verifica-se, além disso, nos últimos anos, um crescimento significativo do número de inscritos neste nível de ensino, após um período de relativa estagnação. O número de estudantes mais velhos tem vindo também a aumentar, com o incremento dos níveis de formação pós-graduados e com os novos regimes de acesso ao ensino superior de estudantes maiores de 23 anos – se bem que, no conjunto, se continue a observar uma juventude relativa dos estudantes portugueses em comparação com os de outros países europeus. Importa ainda referir o facto de os estudantes portugueses terem na família de origem a principal fonte de apoio económico, à imagem do que sucede sobretudo nos países da Europa do Sul.

Estes trabalhos têm também possibilitado compreender os padrões e as singularidades dos percursos estudantis pelo ensino superior, por referência à relação entre *factores estruturais* (origens sociais dos estudantes, transformações no sistema de emprego, configuração e mudança no quadro de valores culturais, designadamente nos sistemas de expectativas e aspirações sociais dos indivíduos e das famílias), *institucionais* (estratégia e organização das instituições de ensino superior, enquadramento pedagógico, padrões de relações entre actores sociais estabelecidas nas instituições) e *biográficos* (modos de relação dos estudantes com “outros significativos” – familiares e amigos, grupos de pares e parceiros afectivos, personalidades de referência – e com as instituições de ensino superior, organização pessoal dos quotidianos, formas de estudar, conciliação entre esferas de vida, momentos de ruptura e processos de transição na vida pessoal).

A pesquisa realizada em torno quer dos estudantes, quer das instituições de ensino superior, quer ainda das estruturas educativas num sentido mais alargado assume um papel fulcral na produção de conhecimento passível de ser mobilizado no domínio das políticas públicas. Atente-se, em particular, ao impacto de trabalhos da OCDE, como os

estudos do PISA (OECD, 2007a) ou a publicação anual *Education at a Glance* (OECD, 2009).

O trabalho comparativo destas investigações, assim como o que é realizado também pelo projecto *Eurostudent* (HIS, 2005, 2008; Martins, Mauritti e Costa, 2005, 2008), possibilita contextualizar, de forma integrada, práticas e experiências educativas que posicionam cada país face aos restantes contextos nacionais. Assume maior relevância ainda no contexto da construção de um espaço comum europeu da ciência e do ensino superior, contribuindo para a adaptação de cada contexto nacional aos desafios implicados na Declaração de Bolonha, nomeadamente o aumento da qualidade e da competitividade do ensino superior na Europa e a promoção da mobilidade e da empregabilidade dos seus diplomados.

Em Portugal, a concretização de tais desafios tem conduzido a uma modernização institucional do ensino superior e a um alargamento da base social dos estudantes que acedem a este nível de formação. Foi estabelecido um novo modelo de organização no que diz respeito aos ciclos de estudo e adoptado o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, ECTS (DL 42/2005, de 22 de Fevereiro; L 49/2005, de 30 de Agosto; e DL 74/2006, de 24 de Março). Tendo em vista fomentar o acesso dos estudantes ao ensino superior, o apoio facultado pela acção social tem vindo a ser fortalecido. Como forma de flexibilizar o acesso, foram também criadas condições especiais para estudantes com idade superior a 23 anos que, não tendo concluído o ensino secundário ou equivalente, façam prova de capacidade para frequentar o ensino superior (DL 64/2006, de 21 de Março). Neste âmbito, foi ainda implementado o regime de estudante a tempo parcial (DL 107/2008, de 25 de Junho).

É neste contexto de política de apoio à escolarização da população portuguesa no patamar mais elevado do sistema de ensino, de procura activa de melhoria dos níveis de frequência e conclusão do ensino superior e de flexibilização da formação avançada

de recursos humanos, que se inscreve o *sistema de empréstimos com garantia mútua* para estudantes do ensino superior (DL 309-A/2007 de 7 de Setembro).

Estes empréstimos com garantia mútua podem ser obtidos por estudantes que se encontrem inscritos em qualquer dos três ciclos de ensino superior (licenciatura, mestrado, doutoramento), bem como por estudantes de pós-doutoramento, de outras pós-graduações ou de cursos de especialização tecnológica; podem também abranger estudantes inseridos em programas de mobilidade internacional, como o Programa Erasmus ou outros (Heitor, 2008).

O montante do crédito pode variar entre 1 000 € e 5 000 € por ano de curso, com um valor máximo de 25 000 € (salvo eventuais exceções, nomeadamente para estudantes de doutoramento e pós-doutoramento). O prazo de utilização do crédito pode variar entre um e cinco anos, ajustado à duração do curso frequentado. No caso de estudantes que se encontrem em programas de mobilidade internacional, esse período pode variar entre três meses e um ano.

O prazo de reembolso do empréstimo é fixado em princípio pelo dobro da duração do curso, pode ocorrer após um período de carência de capital de pelo menos um ano, e tem como período máximo seis a 10 anos. O tempo total entre a obtenção do empréstimo e a conclusão do seu reembolso pode variar, assim, entre até 12 a 16 anos (número de anos de curso acrescido de pelo menos um ano adicional de carência de capital e do número de anos de reembolso).

A taxa de juro é fixa para o prazo total do contrato (desde o empréstimo ao reembolso) e é apurada com base na taxa EURIRS (Euro Interest Rate Swap), acrescida de um *spread* máximo de 1,0%. O valor do *spread* é reduzido em 0,35% para os estudantes com classificação média anual entre 14 e 15 e em 0,80% para os que obtiverem uma classificação média anual igual ou superior a 16. Para a contratação do

empréstimo não é exigido ao estudante qualquer tipo de aval ou de garantia patrimonial.

É possível identificar, no panorama internacional, programas similares de empréstimos direccionados para estudantes do ensino superior. Apesar de os diferentes sistemas de empréstimos serem difíceis de comparar (Debande, 2004), uma das características que os aproximam é o facto de, em termos gerais, assentarem em condições de pagamento mais favoráveis do que as que são exigidas por outro tipo de empréstimos bancários.

Para além de os juros serem geralmente mais baixos, grande parte destes programas prevê o pagamento do empréstimo apenas após a conclusão do curso e depois de um período, variável consoante o contexto nacional, que possibilite a inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Esta estruturação dos programas de empréstimos deriva, em muitos casos, da intervenção estatal e de parcerias entre entidades públicas e privadas (Debande, 2004; Del Rey e Racionero, 2006; Guille, 2002; Ferreira e Farkas, 2009; Harmon e outros, 2001; Johnstone, 2009; Shen e Ziderman, 2009; Usher, 2005; Vossensteyn, 2004).

Existe já um vasto conjunto de literatura que discute as vantagens e limitações dos diferentes sistemas de crédito nacionais direccionados para estudantes do ensino superior (ver, por exemplo, Barr, 2001, 2003, 2007; Barr e Crawford, 2005; Cervenak e Usher, 2004; Christie e Munro, 2003; Cigno e Luporini, 2009; Debande, 2004; Del Rey e Racionero, 2006; Dowd e Coury, 2006; Edina e outros, 2008; Ferreira e Farkas, 2009; Guille, 2002; Harmon e outros, 2001; ICHEFAP, 2009; Johnstone, 2009; Johnstone e Marcucci, 2009; Monks, 2001; New Zealand ME, 2008; Opheim, 2005; Salmi, 2000; Schwartz e Finnie, 2002; Shen e Ziderman, 2009; Teixeira e outros, 2004; UK DfES, 2003, 2004; Usher, 2004, 2005; Vossensteyn, 2004; Woodhall, 2002).

Em Portugal, à semelhança de outros países (Ferreira e Farkas, 2009), a possibilidade de financiamento dos percursos estudantis através de sistemas de empréstimos coexiste com mecanismos de apoio directo do Estado, nomeadamente através de bolsas da acção social. A principal diferença entre os sistemas de bolsas e os sistemas de empréstimos reside no facto de, em grande parte dos países, o primeiro se direccionar para estudantes oriundos de famílias mais carenciadas e o segundo para todos os estudantes, independentemente das suas origens sociais e condições de vida.

Metodologia da pesquisa

A operacionalização da pesquisa que esteve na base do presente relatório foi feita através de uma metodologia de cariz extensivo, assente na aplicação de um inquérito por questionário aos estudantes do ensino superior em Portugal que contrataram empréstimos com garantia mútua desde o início do programa (designado adiante por “Inquérito aos Estudantes do Ensino Superior com Empréstimos de Garantia Mútua 2009” ou, de maneira abreviada, por “Inquérito EESEGAM 2009”).

O questionário conta com cinco blocos temáticos, apresentados em duas páginas, frente e verso (Anexo A):

- 1) Percurso escolar;
- 2) Empréstimo bancário com garantia mútua;
- 3) Caracterização pessoal;
- 4) Caracterização familiar;
- 5) Sugestões.

A Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua (SPGM) procedeu ao envio dos questionários, via postal, à totalidade dos estudantes que tinham recorrido ao sistema de empréstimos até ao momento de início do inquérito. Foram enviados, no mês de Maio de 2009, 6338 questionários, acompanhados de uma carta dirigida pessoalmente

a cada estudante e de um envelope RSF para retorno do questionário, que foi auto-preenchido. Este envio garantiu o anonimato dos inquiridos, na medida em que nem o envelope RSF, nem o questionário continham qualquer tipo de informação que possibilitasse a identificação dos estudantes. Até 31 de Agosto de 2009 foram recebidas, pela SPGM, 957 respostas válidas, o que traduz uma taxa de resposta na ordem dos 15%. Habitualmente, a taxa de resposta a inquéritos postais é de cerca de 10%, o que significa que se conseguiu atingir uma proporção de respostas bastante positiva. Convém ainda referir que a taxa de resposta não foi exactamente a mesma para todas as perguntas, razão pela qual os totais dos diversos quadros numéricos apresentados no relatório variam um pouco entre si.

O processo de preservação do anonimato não permitiu a construção de uma amostra cuja representatividade pudesse ser garantida estatisticamente. Contudo, dispõe-se de um conjunto de elementos que indiciam uma aproximação razoável à representatividade, nomeadamente a dispersão da amostra segundo o conjunto de variáveis de caracterização pertinentes, a sua compatibilidade estrutural com a composição do universo de estudantes do ensino superior, tal como descrito pelos dados oficiais (GPEARI-MCTES) e por estudos realizados com amostras representativas (Inquéritos *Eurostudent* realizados pelo CIES em 2004 e 2007: Martins, Mauritti e Costa, 2005 e 2008), e, ainda, o facto de a composição da amostra se ter mantido bastante estável ao longo de todo o período de recepção dos questionários preenchidos.

A análise do inquérito elaborada no presente relatório estrutura-se em quatro partes. Na primeira são apresentados os dados que permitem compreender as principais características do empréstimo com garantia mútua solicitado pelos inquiridos, bem como o modo como os mesmos o encaram e o usam. A segunda parte consiste no mapeamento dos diferentes perfis dos estudantes que obtiveram empréstimos, nomeadamente em termos da sua situação escolar no ensino superior, das suas características pessoais e das suas origens sociais. A terceira parte direcciona-se para a

análise das relações entre os valores de empréstimo contratados e um conjunto de características escolares, pessoais e familiares destes estudantes. Por fim, na quarta parte, é analisada uma questão específica: a relação entre o sistema de empréstimos com garantia mútua e o sistema de bolsas de acção social.

1. Empréstimo com garantia mútua

Neste capítulo são apresentados os principais indicadores que possibilitam compreender a configuração dos empréstimos com garantia mútua contratados pelos estudantes do ensino superior inquiridos no âmbito deste estudo.

1.1. Bancos

O sistema de empréstimos com garantia mútua conta já com a adesão de um conjunto considerável de instituições bancárias. Contudo, o número de estudantes que obteve empréstimo de cada um deles é variado. Importa, neste sentido, perceber a distribuição dos empréstimos concedidos pelos diversos bancos que participam neste programa (ver quadro 1.1).

Quadro 1.1: Banco em que o estudante contratou o empréstimo com garantia mútua

Banco em que contratou o empréstimo	n	%
CGD (Caixa Geral de Depósitos)	561	58,9
BST (Banco Santander Totta)	179	18,8
Millennium bcp (Banco Comercial Português)	89	9,3
Banco BPI	66	6,9
Montepio Geral	25	2,6
BES (Banco Espírito Santo)	20	2,1
Crédito Agrícola	8	0,8
Banif (Banco Internacional do Funchal)	4	0,4
Banco Banif e Comercial dos Açores (Ex-BCA)	1	0,1
Total	953	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

A análise das respostas permite perceber que a Caixa Geral de Depósitos concentra mais de metade dos empréstimos concedidos aos estudantes inquiridos (58,9%). Seguem-se o Banco Santander Totta (18,8%) e o Millennium bcp (9,3%), ainda que a uma distância considerável. As restantes instituições bancárias apresentam percentagens bastante abaixo dos 10%, registando, algumas, apenas valores residuais.

1.2. Valores do empréstimo

Um dos indicadores com maior relevância analítica diz respeito ao valor total do empréstimo contratado entre os estudantes e as instituições bancárias.

Quadro 1.2: Valor total do empréstimo com garantia mútua

Valor total do empréstimo	n	%
≤ 5 000 €	216	22,9
5 001 € - 10 000 €	263	27,9
10 001 € - 15 000 €	253	26,8
15 001 € - 20 000 €	101	10,7
20 001 € - 25 000 €	99	10,5
> 25 000 €	11	1,2
Total	943	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

A leitura do quadro 1.2 permite perceber que a maioria dos empréstimos concedidos aos inquiridos se situa nos três primeiros escalões: 22,9% dos inquiridos dizem ter contratado um empréstimo até 5 000 €; 27,9% afirmam ter como valor total do empréstimo entre 5 001 € e 10 000 €; e 26,8% declaram receber entre 10 001 € e 15 000 €. Ainda que grande parte dos empréstimos concedidos aos estudantes inquiridos se situe nestes montantes moderados, é de registar que cerca de 11% destes estudantes se situam no escalão entre 15 001 € e os 20 000 €, e uma percentagem similar na categoria entre os 20 001 € e os 25 000 €. Estas percentagens,

embora mais baixas do que as dos três primeiros escalões de empréstimo, são superiores à dos inquiridos que afirmam ter um empréstimo cujo montante total ultrapassa os 25 000 € (apenas 1,2%).

1.3. Duração do empréstimo

O sistema de empréstimos aqui em análise teve como ano inaugural 2007. A medida foi lançada em Agosto desse ano, mas só pôde ser posta em prática pela banca a partir Novembro. Deste modo, poucos foram os empréstimos firmados ainda em 2007. Mas no Verão de 2008 já tinham sido contratados cerca de 3 500 empréstimos, e quando este inquérito foi enviado aos estudantes, em Maio de 2009, tinham sido abrangidos perto de 6 400 estudantes.

Quadro 1.3: Ano em que o estudante contratou o empréstimo com garantia mútua e número de anos do contrato

	n	%
Ano em que contratou o empréstimo		
2007	226	24,6
2008	601	65,5
2009	91	9,9
Total	918	100,0
Nº de anos do contrato		
Até 3 anos	505	52,8
de 4 a 6 anos	260	27,2
de 7 a 10 anos	150	15,7
Mais de 10 anos	41	4,3
Total	956	100,0

Fonte: CIES, Inquérito ESEEGAM 2009

Não surpreende, pois, que não tenham sido muitos (24,6%) os respondentes ao inquérito que contrataram empréstimos com garantia mútua ainda em 2007 (quadro

1.3). A maioria aderiu a este programa em 2008 (65,5%), valor que engloba os que o fizeram na segunda parte do ano lectivo de 2007-2008 e os que recorreram ao programa de empréstimos com garantia mútua no início do ano lectivo de 2008-2009. Como seria de esperar, só um pequeno número (9,9%) contraiu empréstimo já na parte final deste último ano lectivo, até ao Verão de 2009.

Para a maioria dos estudantes inquiridos (52,8%), a duração dos contratos não ultrapassa os três anos. No total dos empréstimos, 27,2% têm uma duração entre quatro e seis anos, valor superior aos 15,7% de inquiridos que afirmam ter um contrato entre sete a dez anos e dos 4,3% que declaram como duração máxima mais de 10 anos (quadro 1.3).

1.4. Motivos do empréstimo

O que leva os estudantes, então, a solicitarem um empréstimo com garantia mútua?

De acordo com as declarações dos estudantes inquiridos, os empréstimos destinam-se a ser usados num conjunto alargado de despesas (quadro 1.4). Em grande número de casos (88,6%), é mencionado o pagamento de propinas. São também bastante referidas outras despesas que os estudantes têm enfrentar no quotidiano, como as associadas aos transportes (48,4%), à alimentação (46,7%) e ao alojamento (39,6%).

A aquisição de meios de estudo e a de meios informáticos constituem igualmente despesas a que os empréstimos podem ajudar a fazer face, ainda que mencionadas por menos estudantes: em 23% e 16,4% dos casos, respectivamente.

Outros tipos de actividades, como sejam a participação no Programa de Mobilidade Erasmus, actividades culturais e outras viagens para fora do país tendem a ser menos

identificadas como motivos para pedirem empréstimo, ainda que não sejam negligenciáveis.

Quadro 1.4: Principais motivos para solicitar o empréstimo com garantia mútua

Principais motivos para solicitar o empréstimo (resposta múltipla)	n	%
Pagamento de propinas	822	86,3
Despesas de transportes	461	48,4
Despesas de alimentação	445	46,7
Despesas de alojamento	377	39,6
Aquisição de outros meios de estudo	219	23,0
Aquisição de computador / outros meios informáticos	156	16,4
Participação no Programa de Mobilidade Erasmus	50	5,2
Outros motivos / outras actividades	47	4,9
Actividades culturais	32	3,4
Outras viagens fora do país	13	1,4

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Constata-se, pois, que são principalmente despesas básicas envolvidas na frequência do ensino superior que os estudantes inquiridos mais referem como destino de utilização dos empréstimos. Poder-se-ia ser levado a concluir, assim, que quem recorre a estes empréstimos com garantia mútua são estudantes muito carenciados economicamente. Mas seria uma conclusão apressada. Na verdade, não é isso que acontece, pelo menos maioritariamente.

Como se verá com algum pormenor ao longo deste estudo, os estudantes que recorrem a empréstimos com garantia mútua têm perfis sociais muito diversificados – quer do ponto de vista dos meios familiares de origem, quer do ponto de vista das suas situações residenciais e profissionais específicas, para não falar das áreas de estudo respectivas e das instituições de ensino superior por eles frequentadas.

O que ocorre é que os estudantes que procuram empréstimos com garantia mútua mobilizam-nos para um leque de despesas relacionadas com a frequência do ensino superior, leque de despesas esse que evidencia, no seu conjunto, uma hierarquia geral de prioridades partilhada por estes estudantes, como mostra o quadro 1.4. Porém, analisada caso a caso, a distribuição corresponde a muitas combinações diferentes de destinos de aplicação dos empréstimos, assim como as despesas efectivamente realizadas por cada estudante correspondem a combinações, também muito variáveis, dos recursos conseguidos através dos empréstimos com outros recursos de que os estudantes podem dispor.

1.5. Informação sobre os empréstimos

A eficácia do sistema de empréstimos com garantia mútua depende, em grande medida, da sua capacidade de chegar ao conhecimento da população alvo. Nesse sentido, é fulcral perceber de que forma os estudantes que solicitaram empréstimo ficaram a conhecer o programa.

Quadro 1.5: Meios de conhecimento do empréstimo com garantia mútua para estudantes do ensino superior

Meios de conhecimento do empréstimo com garantia mútua (resposta múltipla)	n	%
Amigos/Colegas/Familiares	298	31,2
Televisão	292	30,6
Banco	245	25,7
Internet	189	19,8
Imprensa escrita	165	17,3
Instituição de ensino superior que frequenta	88	9,2
Outra situação	4	0,4

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Como é possível observar no quadro 1.5, as redes pessoais próximas (31,2%) e a televisão (30,6%) são os meios privilegiados através dos quais os estudantes inquiridos

tomaram conhecimento do sistema de empréstimos. Os próprios bancos (25,7%), a internet (19,8%) e a imprensa escrita (17,3%) são também referidos, ainda que em menor número.

As instituições de ensino superior, surpreendentemente ou não, tiveram menor impacto no modo como os inquiridos ficaram a conhecer o programa de empréstimos (9,2%).

1.6. Outros empréstimos

É também interessante perceber se os inquiridos tinham já contratado outros empréstimos bancários que possibilitassem suportar custos associados à frequência do ensino superior (quadro 1.6).

Quadro 1.6: Contratação de outros empréstimos bancários

Outros empréstimos bancários		n	%
Para pagamento de despesas associadas à frequência do ensino superior	Sim	11	1,2
	Não	942	98,8
	Total	953	100,0
Outro tipo de empréstimos bancários	Sim	119	12,6
	Não	823	87,4
	Total	942	100,0
	Crédito à habitação	46	41,1
	Crédito pessoal	46	41,1
	Crédito automóvel	13	11,6
	Crédito ao consumo	7	6,3
Total	112	100,0	

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Apenas 1,2% declaram ter recorrido a outros empréstimos para esse efeito, o que significa que para 98,8% destes estudantes a existência do sistema de empréstimos

com garantia mútua constituiu uma nova possibilidade de financiamento dos seus percursos escolares. Já a contratação de outro tipo de empréstimos bancários é um mais comum entre os estudantes inquiridos, embora mesmo assim sejam relativamente poucos (12,6%). Estes últimos mencionam empréstimos que se destinam, por exemplo, à habitação (41,1%), a despesas pessoais (41,1%), à aquisição de um automóvel (11,6%) e ao consumo (6,3%). O quadro 1.7 faculta informação sobre as datas limite de pagamento dos referidos empréstimos.

Quadro 1.7: Ano limite de pagamento de outros empréstimos bancários

Ano limite de pagamento de outros empréstimos bancários					
Para pagamento de despesas associadas ao ES			Outro tipo de empréstimos bancários		
	n	%		n	%
2003	1	10,0	≤ 2006	13	22,0
2004	1	10,0	2007 - 2009	21	35,6
2005	1	10,0	2010 - 2020	14	23,7
2008	4	40,0	> 2020	11	18,6
2009	3	30,0	Total	59	100,0
Total	10	100,0			

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

1.7. Sugestões

A relevância que o sistema de empréstimos com garantia mútua tem para os estudantes inquiridos fica bem expressa no facto de quase metade (44,7%) ter, com base nas suas experiências pessoais, apresentado sugestões que consideram ser relevantes para melhorar o programa (quadro 1.8). De referir que a este valor acresce ainda um número considerável de estudantes que, na questão destinada a sugestões, optou por elogiar o sistema de empréstimos com garantia mútua e partilhar as suas experiências positivas.

A principal sugestão apresentada remete para os custos associados aos juros e a outras despesas relacionadas com os empréstimos. Apesar de os juros destes empréstimos com garantia mútua serem muito mais favoráveis do que os da generalidade dos empréstimos concedidos pela banca, cerca de 36% dos inquiridos sugerem, ainda assim, a diminuição dos juros, justificando-a em termos pessoais (para aliviar os seus próprios encargos) mas também em termos gerais (alargamento do alcance do programa). Ainda neste âmbito, 12,2% referem a necessidade de prolongar o período de pagamento do empréstimo; vários sublinham que, após a conclusão dos cursos, os estudantes enfrentam um conjunto de dificuldades, nomeadamente associadas à inserção no mercado de trabalho, que nem sempre se coadunam com os prazos estabelecidos para o reembolso.

Quadro 1.8: Sugestões visando melhorar o sistema de empréstimos com garantia mútua para estudantes do ensino superior

Sugestões (resposta múltipla)	n	%
Diminuição dos juros e de outras despesas associadas ao empréstimo	135	35,9
Aumento do período de pagamento do empréstimo	46	12,2
Maior esclarecimento/informação/abertura por parte dos bancos e das instituições de ensino superior	37	9,8
Melhor divulgação do sistema de empréstimos com garantia mútua	30	8,0
Maior celeridade e menor burocracia na análise/concessão do empréstimo	28	7,4
Aumento do valor total do empréstimo	25	6,6
Adequação do plano de empréstimos à prossecução dos estudos ou a mudanças de curso	24	6,4
Maior uniformização e monitorização das práticas dos bancos	22	5,9
Plano de empréstimos ajustado à situação individual de cada estudante	20	5,3
Prolongamento do período de carência	19	5,1
Pagamento atempado das tranches mensais	12	3,2
Aumento dos benefícios/incentivos aos estudantes	12	3,2
Financiamento de todo o tipo de despesas associadas à frequência do ensino superior	5	1,3
Outras	32	8,5

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Alguns estudantes referem-se também à necessidade de as instituições bancárias, bem como os estabelecimentos de ensino superior, se encontrarem mais esclarecidos e revelarem maior abertura ao programa de empréstimos (9,8%). Os inquiridos reportam-se, neste âmbito, a bancos cujos funcionários desconheciam ou tinham pouca informação sobre o crédito para estudantes, o que os levou a procurarem outra instituição bancária, ou a instituições de ensino superior que dificultaram a disponibilização de documentos necessários.

Outras sugestões sugerem, particularmente, uma melhor divulgação do sistema de empréstimos (8%), maior celeridade e menor burocracia na respectiva concessão (7,4%), a possibilidade de aumentar o valor total do empréstimo (6,6%), melhor adequação do plano de empréstimos à prossecução dos estudos ou a mudanças de curso (6,4%), maior uniformização e monitorização das práticas dos bancos (5,9%), a adequação do plano de empréstimos à situação individual de cada estudante (5,3%), o prolongamento do período de carência (5,1%), o pagamento atempado das tranches mensais (3,2%), o aumento dos benefícios aos estudantes (3,2%), o financiamento de todo o tipo de despesas associadas à frequência do ensino superior (1,3%) e o financiamento de formação fora de Portugal (1,1%).

2. Perfis estudantis

O presente capítulo tem como objectivo geral caracterizar os estudantes que contrataram empréstimos com garantia mútua para frequência do ensino superior.

Esta caracterização assenta em três blocos temáticos que remetem para:

- 1) Indicadores relativos à situação escolar do estudante no ensino superior;
- 2) Informação de caracterização pessoal do estudante inquirido;
- 3) Dados que possibilitam mapear as origens sociais dos estudantes.

2.1. Caracterização escolar

A distribuição dos inquiridos por áreas de formação é semelhante, em traços gerais, à que se verifica para o conjunto dos estudantes do ensino superior inscritos nos dois últimos anos lectivos (quadro 2.1).

Quadro 2.1: Área de formação

Área de formação	Estudantes com empréstimo ⁽¹⁾		Estudantes inscritos no ES, 2007/2008 ⁽²⁾		Estudantes inscritos no ES, 2008/2009 ⁽³⁾	
	n	%	n	%	n	%
Ciências Sociais, Gestão e Direito	304	32,0	120 405	31,9	119 303	32,0
Saúde e Protecção Social	231	24,3	62 389	16,6	62 409	16,7
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	142	15,0	84 013	22,3	82 627	22,2
Artes e Humanidades	90	9,5	32 821	8,7	32 170	8,6
Serviços	71	7,5	21 795	5,8	23 429	6,3
Ciências, Matemática e Informática	64	6,7	28 348	7,5	27 411	7,3
Educação	42	4,4	19 361	5,1	18 553	5,0
Agricultura	5	0,5	7 785	2,1	7 100	1,9
Total	949	100,0	376 917	100,0	373 002	100,0

⁽¹⁾ Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

⁽²⁾ ⁽³⁾ Fonte: GPEARI-MCTES

As áreas de Artes e Humanidades, de Serviços, de Ciências, Matemática e Informática, de Educação e de Agricultura estão presentes entre os estudantes com empréstimos em valores percentuais muito similares aos encontrados no conjunto dos estudantes inscritos no ensino superior, sendo que no caso das Ciências Sociais, Gestão e Direito as percentagens são mesmo iguais (32%).

Em contrapartida, há duas áreas de formação em que o peso relativo de estudantes com empréstimo se afasta mais do que ocorre no conjunto dos estudantes do ensino superior. A área de Saúde e Protecção Social encontra-se sobre-representada nos estudantes com empréstimo, com 24,3%, face aos cerca de 17% no total dos estudantes. Por outro lado, a área de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção está sub-representada nos estudantes com empréstimo, com 15%, comparativamente com cerca de 22% no total de estudantes do ensino superior.

Quanto ao tipo de instituição de ensino superior frequentada, a leitura do quadro 2.2 permite perceber que a maioria dos estudantes inquiridos se encontra inserida no ensino público (60,8%) e no ensino universitário (62,5%).

Quadro 2.2: Tipo de instituição de ensino superior frequentada

Tipo de instituição de ensino superior frequentada		Estudantes com empréstimo ⁽¹⁾		Estudantes inscritos no ES 2007/2008 ⁽²⁾		Estudantes inscritos no ES 2008/2009 ⁽³⁾	
		n	%	n	%	n	%
Sector de ensino	Ensino Público	577	60,8	284 333	75,4	282 438	75,7
	Ensino Privado	372	39,2	92 584	24,6	90 564	24,3
	Total	949	100,0	376 917	100,0	373 002	100,0
Subsistema de ensino	Ensino Universitário	593	62,5	237 219	62,9	236 220	63,3
	Ensino Politécnico	356	37,5	139 698	37,1	136 782	36,7
	Total	949	100,0	376 917	100,0	373 002	100,0

⁽¹⁾ Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

⁽²⁾ ⁽³⁾ Fonte: GPEARI-MCTES

Porém, se a distribuição dos estudantes com empréstimo entre os que frequentam o ensino universitário (62,5%) e os que frequentam o ensino politécnico (37,5%) não difere da que caracteriza o sistema de ensino superior nacional no seu conjunto, já o mesmo não acontece quanto ao peso relativo dos estudantes com empréstimos que frequentam o ensino superior público e o ensino superior privado.

Com efeito, relativamente ao sector de ensino, verifica-se uma sobre-representação de estudantes com empréstimo inscritos no ensino superior privado (39,2% face a 24,6% no total dos estudantes que frequentavam o ensino superior em 2007/2008 e a 24,3% em 2008/2009) e, correlativamente, uma sub-representação dos que frequentam o ensino superior público (60,8% face a 75,4% e 75,7% no conjunto dos estudantes do ensino superior, respectivamente em 2007/2008 e 2008/2009).

Esta última diferença poderá estar relacionada com os custos acrescidos que a frequência de instituições privadas representa, nomeadamente em termos de propinas, custos aos quais os empréstimos com garantia mútua podem ajudar a dar resposta. Mas pode estar relacionada, igualmente, com uma maior familiaridade com operações financeiras e/ou com uma maior capacidade de endividamento que, em princípio, são mais esperáveis em estudantes oriundos de famílias com condição socioeconómica mais favorável, presentes em maior proporção nas instituições privadas de ensino superior (Martins, Mauritti e Costa, 2005 e 2008; Mauritti e Martins, 2007). Os dois aspectos, aliás, não são alheios um ao outro.

Como o quadro 2.3 mostra, praticamente todos os inquiridos frequentam instituições de ensino superior em Portugal (99,1%). No entanto, importa referir a existência de casos pontuais, em que o empréstimo ajuda a financiar percursos escolares noutros países: Espanha (0,7%), Inglaterra (0,1%) e Suécia (0,1%).

Quanto à distribuição geográfica pelo território nacional das instituições de ensino que os inquiridos frequentam (quadro 2.3), Lisboa e Porto concentram mais de metade dos

estudantes (31,8% e 25,8%, respectivamente), o que se coaduna com a presença nesses distritos dos maiores pólos universitários e politécnicos do país.

Segue-se Coimbra (8,4%) que dista ainda de forma considerável de Braga (4,8%), Aveiro (4,3%), Setúbal (4,3%) e Faro (3,2%). Os restantes distritos apresentam valores bastante mais baixos, o que de novo se encontra em consonância com a expressão geográfica do sistema nacional de ensino superior.

Quadro 2.3: Localização da instituição de ensino superior frequentada: país e distrito

	n	%
País em que se localiza a instituição de ES frequentada		
Portugal	946	99,1
Espanha	7	0,7
Inglaterra	1	0,1
Suécia	1	0,1
Total	955	100,0
Distrito em que se localiza a instituição de ES frequentada		
Lisboa	302	31,8
Porto	245	25,8
Coimbra	80	8,4
Braga	46	4,8
Aveiro	41	4,3
Setúbal	41	4,3
Faro	30	3,2
Castelo Branco	29	3,1
Santarém	27	2,8
Leiria	22	2,3
Bragança	19	2,0
Évora	17	1,8
Viseu	14	1,5
Vila Real	10	1,1
Ilha da Madeira	9	0,9
Viana do Castelo	8	0,8
Beja	3	0,3
Ilha de São Miguel	3	0,3
Guarda	2	0,2
Portalegre	2	0,2
Total	950	100,0

Fonte: CIES, Inquérito ESEEGAM 2009

O quadro 2.4 permite dar conta da diversidade e da multiplicidade de instituições de ensino superior do país frequentadas por estes estudantes.

Quadro 2.4: Instituição de ensino superior frequentada

Instituição de ensino superior frequentada	n	%
Universidade do Porto	58	6,1
Universidade de Coimbra	58	6,1
Grupo Lusófona	47	5,0
Universidade Lusíada	41	4,3
Universidade Católica Portuguesa	41	4,3
Universidade Nova de Lisboa	41	4,3
Universidade de Lisboa	41	4,3
Universidade Técnica de Lisboa	35	3,7
Instituto Politécnico do Porto	34	3,6
Universidade de Aveiro	33	3,5
Universidade do Minho	27	2,8
Instituto Jean Piaget	25	2,6
CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário	24	2,5
Instituto Politécnico de Lisboa	23	2,4
Universidade Fernando Pessoa	22	2,3
Instituto Politécnico de Leiria	21	2,2
Instituto Superior da Maia	19	2,0
Universidade da Beira Interior	18	1,9
Universidade do Algarve	18	1,9
Universidade de Évora	17	1,8
Egas Moniz Cooperativa de Ensino Superior	16	1,7
Instituto Politécnico de Santarém	16	1,7
Instituto Politécnico de Coimbra	16	1,7
Instituto Politécnico de Bragança	16	1,7
Instituto Superior de Línguas e Administração	14	1,5
Instituto Superior de Psicologia Aplicada	13	1,4
Instituto Politécnico de Viseu	11	1,2
Instituto Politécnico de Castelo Branco	11	1,2
Instituto Politécnico de Tomar	10	1,1
Universidade Autónoma de Lisboa	10	1,1
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	10	1,1
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa	9	0,9
Instituto Português de Administração de Marketing	9	0,9
IADE – Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing	9	0,9
Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa	9	0,9
Universidade da Madeira	9	0,9
Instituto Politécnico de Setúbal	8	0,8
Universidade Portucalense Infante D. Henrique	7	0,7
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	6	0,6

Instituição de ensino superior frequentada	n	%
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	6	0,6
Instituto Superior de Serviço Social do Porto	5	0,5
Escola Superior de Artes e Design	5	0,5
Escola Superior Artística do Porto	5	0,5
Instituto Superior Politécnico Gaya	4	0,4
Escola Superior de Saúde de Alcoitão	4	0,4
Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich	4	0,4
Universidade Aberta	4	0,4
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	3	0,3
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	3	0,3
Instituto Superior Miguel Torga	3	0,3
Instituto Superior de Educação e Ciências	3	0,3
Instituto Superior de Entre Douro e Vouga	3	0,3
Instituto Superior de Administração e Gestão	3	0,3
Instituto Politécnico de Beja	3	0,3
Universidade Atlântica	3	0,3
Universidade dos Açores	3	0,3
Escola Superior de Enfermagem do Porto	2	0,2
Instituto Superior de Saúde do Alto Ave	2	0,2
Instituto Superior de Gestão Bancária	2	0,2
Instituto Superior de Comunicação Empresarial	2	0,2
Instituto Superior D. Afonso III	2	0,2
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo	2	0,2
Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria	2	0,2
Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias	2	0,2
Escola Superior de Actividades Imobiliárias	2	0,2
Instituto Politécnico de Portalegre	2	0,2
Instituto Politécnico da Guarda	2	0,2
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	2	0,2
Academia da Força Aérea	1	0,1
Instituto Superior de Paços de Brandão	1	0,1
Instituto Superior de Educação e Trabalho	1	0,1
Instituto Superior de Ciências Educativas	1	0,1
Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa	1	0,1
Escola Superior de Educação de João e Deus	1	0,1
Escola Superior de Educação de Fafe	1	0,1
Escola Superior de Artes Decorativas	1	0,1
Universidade Internacional	1	0,1
Total	949	100,0

Fonte: CIES, Inquérito ESEEGAM 2009

De acordo com a informação disponibilizada no quadro 2.5, mais de metade dos estudantes inquiridos frequenta cursos com duração de até três anos (59,6%).

Quadro 2.5: Duração do curso frequentado (em anos) e ano curricular de inscrição

Nº de anos do curso frequentado			Ano curricular em que se encontra inscrito		
	n	%		n	%
1	5	0,5	1	342	36,6
2	87	9,1	2	322	34,5
3	477	50,0	3	159	17,0
4	199	20,9	4	54	5,8
5	137	14,4	5	37	4,0
6	49	5,1	6	10	1,1
Total	954	100,0	Concluído	10	1,1
			Total	934	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Apesar de nem todos se encontrarem inseridos no 1º ciclo de ensino superior, verifica-se uma predominância de empréstimos direccionados para o financiamento desta etapa escolar; o que não invalida a presença de inquiridos integrados em pós-graduações, mestrados ou doutoramentos (quadro 2.6).

Quadro 2.6: Ciclo de estudos frequentado

	n	%
1º Ciclo	788	82,6
2º Ciclo	153	16,0
3º Ciclo	13	1,4
Total	954	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

A média do número de anos previsto nos planos de estudos dos cursos frequentados situa-se nos 3,6 anos, o que é consonante com a presença maioritária de estudantes do 1º ciclo de ensino superior (82,6%) (quadro 2.6). De referir também que a maioria dos inquiridos se encontra inscrito no 1º, no 2º ou no 3º ano curriculares (88,1%) (quadro 2.5).

É ainda interessante observar que cerca de 53% dos estudantes inquiridos se inscreveram pela primeira vez no ensino superior nos dois anos lectivos que contaram já com a existência do sistema de empréstimos com garantia mútua (quadro 2.7). O número, também elevado, de inquiridos cuja primeira inscrição neste nível de ensino é anterior a 2007 (47,2%) é revelador do interesse que este tipo de apoio, quando surgiu, despertou em estudantes já inseridos ensino superior.

Quadro 2.7: Ano lectivo da primeira inscrição no ensino superior

Ano lectivo da 1ª inscrição no ES	n	%
Antes de 2000/2001	48	5,1
Entre 2000/2001 e 2006/2007	394	42,1
Entre 2007/2008 e 2008/2009	494	52,8
Total	936	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

O facto de as taxas de juro dos empréstimos concedidos aos estudantes poderem variar em função das suas classificações escolares médias, torna importante perceber qual a distribuição das mesmas durante a frequência do ensino superior (quadro 2.8). A classificação média mais frequente, nos inquiridos, situa-se entre 14 e 16 valores (43,7%). No conjunto, essas classificações variam entre um mínimo de 4,6 e um máximo de 19,0 e têm como média 13,6.

O quadro 2.8 permite ainda observar a distribuição das classificações médias aquando do ingresso no ensino superior: 50,7% dos inquiridos declararam ter ingressado com médias entre 14 e 16.

Quadro 2.8: Classificações médias

	Classificação média até ao momento no ES		Classificação média de ingresso no ES	
	n	%	n	%
≤ 10	135	14,1	37	3,9
11 - 13	369	38,6	297	31,0
14 - 16	418	43,7	485	50,7
≥ 17	35	3,7	138	14,4
Total	957	100,0	957	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

2.2. Caracterização pessoal

A distribuição dos inquiridos por sexo acompanha as dinâmicas sociais de crescente afirmação do estatuto social das mulheres, designadamente nas esferas educativa, profissional e cívica – e, em especial, a preponderância no ensino superior de estudantes do sexo feminino, registada nas últimas décadas (Almeida e outros, 2003; Costa e outros, 2000; Costa, Machado e Almeida, 2007; Machado e outros, 2003; Martins, 2005; Mauritti e Martins, 2007).

Quadro 2.9: Sexo

Sexo	Estudantes com empréstimo ⁽¹⁾		Estudantes inscritos no ES 2007/2008 ⁽²⁾		Estudantes inscritos no ES 2008/2009 ⁽³⁾	
	n	%	n	%	n	%
Feminino	588	61,6	201 740	53,5	199 002	53,4
Masculino	367	38,4	175 177	46,5	174 000	46,6
Total	955	100,0	376 917	100,0	373 002	100,0

⁽¹⁾ Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

^{(2) (3)} Fonte: GPEARI-MCTES

Como é possível observar no quadro 2.9, 61,6% dos inquiridos são do sexo feminino e 38,4% do sexo masculino. Comparando estes dados com o total de inscritos no ensino superior nos anos comparáveis (2007/2008 e 2008/2009), é possível afirmar que esta diferença entre mulheres e homens se encontra particularmente reforçada entre os estudantes inquiridos que recorrem a empréstimos.

Relativamente à idade dos inquiridos, a maioria tem até 23 anos (64,6%) (quadro 2.10). Não deve, contudo, ser negligenciada a presença de estudantes mais velhos: 18,3% têm entre 24 e 27 anos e 17,1% têm mais de 27 anos, o que contribui para uma média de cerca de 24 anos. A amplitude etária é, aliás, bastante alargada, tendo o inquirido mais novo 18 anos e o mais velho 58.

Uma perspectiva comparada com os resultados do Inquérito *Eurostudent* 2004 às condições socioeconómicas a uma amostra representativa nacional dos estudantes do ensino superior (Martins, Mauritti e Costa, 2005) aponta para uma sobre-representação das idades superiores a 23 anos entre os estudantes com empréstimo. Apesar de os inquiridos se encontrarem distribuídos pelos três ciclos de ensino superior (ver quadro 2.6) e os dados comparativos se reportarem apenas ao conjunto dos estudantes do 1º ciclo, o confronto com eles assume pertinência, ainda que com as devidas precauções analíticas, pelo facto de a maioria dos estudantes com empréstimo se encontrar também a frequentar esse ciclo de estudos.

Quadro 2.10: Grupo etário

Grupo etário	Estudantes com empréstimo ⁽¹⁾		Estudantes do 1º ciclo do ensino superior ⁽²⁾
	n	%	%
Até aos 19 anos	191	20,1	20,1
de 20 a 23 anos	423	44,5	60,2
de 24 a 27 anos	174	18,3	13,9
Mais de 27 anos	162	17,1	5,8
Total	950	100,0	100,0

⁽¹⁾ Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

⁽²⁾ Fonte: CIES, Inquérito *Eurostudent* 2004

A leitura do quadro 2.11 sugere uma distribuição dos inquiridos em duas partes quase idênticas relativamente à condição de estudante deslocado. Apesar de uma ligeira maioria (53%) não se deslocar para uma residência diferente em período lectivo, é de assinalar que também um número significativo de estudantes tem um contexto residencial distinto durante o tempo de aulas (47%).

Estes dados mostram uma vez mais que o recurso ao empréstimo com garantia mútua tem na sua base razões diversificadas, sendo que para uma parte dos inquiridos ele está associado a custos da deslocação residencial para estudar.

Quadro 2.11: Deslocação residencial em período lectivo

Estudante deslocado	n	%
Sim	446	47,0
Não	503	53,0
Total	949	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

No decorrer do período lectivo, 42% dos inquiridos residem com os pais (quadro 2.12). Se a este valor se somar o de estudantes que vivem com o cônjuge (10,7%) ou com outros familiares (6%), obtém-se uma percentagem (58,7%) aproximada daquela que é apresentada por dados comparativos (54,6%), concretamente os do Inquérito *Eurostudent 2007* (Martins, Mauritti e Costa, 2008).

Observa-se também alguma similitude entre o número de alojados em residências de estudantes, independentemente de pertencerem ou não aos serviços de acção social (6,5% face a 5,3%).

De destacar, igualmente, a percentagem de inquiridos que residem com colegas ou amigos (28%).

Quadro 2.12: Residência durante o tempo de aulas

		n	%
Residência durante o tempo de aulas (1)	Pais	399	42,0
	Colegas / amigos	267	28,1
	Cônjuge / namorado/a	102	10,7
	Vive só	64	6,7
	Outros familiares	57	6,0
	Residência dos serviços de acção social	35	3,7
	Outra residência para estudantes	27	2,8
	Total	951	100,0
Residência em período lectivo (2)	Em casa pais/familiares		54,6
	Casa alugada		14,7
	Casa própria		12,4
	Quarto individual alugado		11,2
	Residência para estudantes		5,3
	Quarto conjunto alugado		1,8
	Total		100,0

(1) Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

(2) Fonte: CIES, Inquérito Eurostudent 2007

Quanto ao distrito de residência, o quadro 2.13 permite confirmar a descoincidência, para muitos estudantes, entre o local em que residem em período lectivo e aquele em que permanecem fora do tempo de aulas.

Os distritos que, tal como se tinha já visto anteriormente, concentram as instituições de ensino superior frequentadas por maior número de estudantes inquiridos, são também aqueles em que residem mais estudantes com empréstimos durante o período lectivo: Lisboa (28,4%), Porto (23,5%) e Coimbra (8,3%). Quando o período lectivo termina, a distribuição dos inquiridos pelos diferentes distritos altera-se, passando o Porto a ser a cidade que reúne uma maior proporção de estudantes inquiridos (22,6%), seguida de Lisboa (18,9%) e de Braga (8,4%). Lisboa e Coimbra são os distritos que registam maiores acréscimos desta população estudantil com empréstimo durante o tempo de aulas, por comparação com o resto do ano.

Quadro 2.13: Distrito de residência

Distrito de residência	No período lectivo		Fora do período lectivo	
	n	%	n	%
Lisboa	267	28,4	171	18,9
Porto	221	23,5	205	22,6
Coimbra	78	8,3	29	3,2
Setúbal	66	7,0	70	7,7
Aveiro	61	6,5	70	7,7
Braga	48	5,1	76	8,4
Santarém	32	3,4	50	5,5
Faro	30	3,2	32	3,5
Castelo Branco	29	3,1	15	1,7
Leiria	22	2,3	36	4,0
Bragança	17	1,8	2	0,2
Évora	15	1,6	11	1,2
Viseu	15	1,6	25	2,8
Viana do Castelo	10	1,1	25	2,8
Vila Real	9	1,0	16	1,8
Ilha da Madeira	9	1,0	29	3,2
Guarda	3	0,3	17	1,9
Beja	3	0,3	9	1,0
Ilha de São Miguel	2	0,2	4	0,4
Portalegre	1	0,1	10	1,1
Ilha Terceira	1	0,1	3	0,3
Ilha do Pico	0	0,0	1	0,1
Total	939	100,0	906	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Em consonância com a dependência residencial da maioria dos estudantes inquiridos face aos pais, são igualmente os familiares que constituem a principal fonte de rendimento (70,6%) (quadro 2.14). Os dados comparativos para o conjunto dos estudantes do ensino superior, obtidos no Inquérito *Eurostudent 2007* (Martins, Mauritti e Costa, 2008), registam valores muito semelhantes (71,8%), apontando também para uma larga predominância da família como principal fonte de sustento económico dos estudantes do ensino superior – o que, aliás, se passa também em

alguns outros países europeus, mas não na maioria deles, como se pode ver nos Inquéritos *Eurostudent* (HIS, 2008).

Os rendimentos associados a bolsas ou outros subsídios e ao trabalho remunerado são apontados por muito menos estudantes, embora em número não desprezável (27,7% e 25,7%, respectivamente).

Quadro 2.14: Fontes de rendimento dos estudantes

Fontes de rendimento dos estudantes (para além do empréstimo com garantia mútua)	Estudantes com empréstimo (resposta múltipla)	
	n	%
Família (pais, cônjuge, outra/os)	669	70,6
Bolsa / Subsídios	262	27,7
Trabalho	243	25,7
Outras fontes	8	0,8

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

O quadro 2.15 permite compreender melhor a situação dos inquiridos perante o trabalho remunerado.

Quadro 2.15: Trabalho remunerado dos estudantes

		n	%
Trabalho remunerado desde que iniciou o curso que frequenta ⁽¹⁾	Não	564	59,5
	Sim, ocasionalmente	165	17,4
	Sim, com regularidade a tempo parcial	112	11,8
	Sim, com regularidade a tempo inteiro	107	11,3
	Total	948	100,0
Condição perante a actividade económica ⁽²⁾	Estudantes-trabalhadores		22,2
	Outros estudantes		77,8
	Total		100,0

⁽¹⁾ Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

⁽²⁾ Fonte: CIES, Inquérito *Eurostudent* 2007

Como é possível verificar, mais de metade destes estudantes não tem um trabalho remunerado (59,5%), 17,4% trabalham apenas ocasionalmente, 11,8% têm trabalho em regime de tempo parcial e 11,3% trabalham com regularidade a tempo inteiro. Comparativamente, segundo os dados do Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior 2007/Inquérito *Eurostudent* 2007 (Martins, Mauritti e Costa, 2008), a percentagem de estudantes-trabalhadores no conjunto da população estudantil do ensino superior nacional é bastante aproximada da percentagem de estudantes com empréstimo que trabalham com regularidade a tempo parcial ou a tempo inteiro (22,2% e 23,1%, respectivamente).

Quadro 2.16: Trabalho remunerado dos estudantes por grupo etário

		Grupo etário				Total
		Até aos 19 anos	de 20 a 23 anos	de 24 a 27 anos	Mais de 27 anos	
Não	n	167	292	70	35	564
	% linha	29,6%	51,8%	12,4%	6,2%	100,0%
	% coluna	86,1%	69,0%	40,2%	22,3%	59,5%
Ocasionalmente	n	14	78	46	27	165
	% linha	8,5%	47,3%	27,9%	16,4%	100,0%
	% coluna	7,2%	18,4%	26,4%	17,2%	17,4%
Regularidade a tempo parcial	n	10	47	36	19	112
	% linha	8,9%	42,0%	32,1%	17,0%	100,0%
	% coluna	5,2%	11,1%	20,7%	12,1%	11,8%
Regularidade tempo inteiro	n	3	6	22	76	107
	% linha	2,8%	5,6%	20,6%	71,0%	100,0%
	% coluna	1,5%	1,4%	12,6%	48,4%	11,3%
Total	n	194	423	174	157	948
	% linha	20,5%	44,6%	18,4%	16,6%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(9) = 360,715$; $p < 0,001$; V de Cramer = 0,356

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

A distribuição dos inquiridos a respeito do desempenho de uma actividade profissional remunerada percebe-se melhor quando se tem em conta a idade destes estudantes (quadro 2.16). Quem não trabalha são sobretudo os estudantes mais jovens com idade

até aos 23 anos (81,4%), enquanto quem trabalha com regularidade a tempo inteiro são sobretudo os inquiridos com mais de 27 anos (71%).

É nas inquiridas do sexo feminino que se registam percentagens mais elevadas de estudantes que não trabalham (63,4%) (quadro 2.17). Entre os inquiridos do sexo masculino, os que não trabalham são igualmente maioritários, mas em menor proporção (53,3%).

Quadro 2.17: Trabalho remunerado dos estudantes por sexo

Trabalho remunerado		Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
Não	n	369	195	564
	% linha	65,4%	34,6%	100,0%
	% coluna	63,4%	53,3%	59,5%
Ocasionalmente	n	91	74	165
	% linha	55,2%	44,8%	100,0%
	% coluna	15,6%	20,2%	17,4%
Regularidade a tempo parcial	n	70	42	112
	% linha	62,5%	37,5%	100,0%
	% coluna	12,0%	11,5%	11,8%
Regularidade tempo inteiro	n	52	55	107
	% linha	48,6%	51,4%	100,0%
	% coluna	8,9%	15,0%	11,3%
Total	n	582	366	948
	% linha	61,4%	38,6%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(3) = 14,030$; $p < 0,01$; V de Cramer = 0,122
 Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

O trabalho a tempo parcial encontra-se aproximadamente na mesma proporção entre mulheres e homens (12,0% e 11,5%, respectivamente). Em contrapartida, entre os estudantes do sexo masculino, o trabalho com regularidade a tempo inteiro abrange uma proporção muito maior do que no sexo feminino (15,0% face a 8,9%). O mesmo

se passa, em certa medida, com os que realizam trabalho ocasional (20,2% no sexo masculino face a 15,6% no sexo feminino).

Quadro 2.18: Trabalho remunerado dos estudantes por área de formação

Área de formação		Trabalho remunerado				Total
		Não	Ocasionalmente	Regularidade a tempo parcial	Regularidade a tempo inteiro	
Educação	n	24	5	1	12	42
	% linha	57,1%	11,9%	2,4%	28,6%	100,0%
	% coluna	4,3%	3,0%	0,9%	11,2%	4,5%
Artes e Humanidades	n	50	22	12	5	89
	% linha	56,2%	24,7%	13,5%	5,6%	100,0%
	% coluna	8,9%	13,4%	11,0%	4,7%	9,5%
Ciências Sociais, Gestão e Direito	n	144	59	44	55	302
	% linha	47,7%	19,5%	14,6%	18,2%	100,0%
	% coluna	25,7%	36,0%	40,4%	51,4%	32,1%
Ciências, Matemática e Informática	n	37	14	8	4	63
	% linha	58,7%	22,2%	12,7%	6,3%	100,0%
	% coluna	6,6%	8,5%	7,3%	3,7%	6,7%
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	n	86	28	11	16	141
	% linha	61,0%	19,9%	7,8%	11,3%	100,0%
	% coluna	15,3%	17,1%	10,1%	15,0%	15,0%
Agricultura	n	3	0	0	2	5
	% linha	60,0%	0,0%	0,0%	40,0%	100,0%
	% coluna	0,5%	0,0%	0,0%	1,9%	0,5%
Saúde e Protecção Social	n	176	25	22	6	229
	% linha	76,9%	10,9%	9,6%	2,6%	100,0%
	% coluna	31,4%	15,2%	20,2%	5,6%	24,3%
Serviços	n	41	11	11	7	70
	% linha	58,6%	15,7%	15,7%	10,0%	100,0%
	% coluna	7,3%	6,7%	10,1%	6,5%	7,4%
Total	n	561	164	109	107	941
	% linha	59,6%	17,4%	11,6%	11,4%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(21) = 87,355$; $p < 0,001$; V de Cramer = 0,176¹

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

¹ A interpretação do Teste do Qui-Quadrado deve ser feita com as devidas precauções analíticas pelo facto de se verificar a existência de frequências esperadas inferiores a 1.

Relativamente à área de formação dos inquiridos, verifica-se que é entre os estudantes da área de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, mas sobretudo entre os de Saúde e Protecção Social que se registam percentagens mais elevadas de inquiridos que não trabalham (61,0% e 76,9%, respectivamente) (quadro 2.18). Por outro lado, os estudantes de Educação e os de Ciências Sociais, Gestão e Direito são aqueles entre os quais maiores percentagens trabalham com regularidade a tempo inteiro (28,6% e 18,2%, respectivamente).

Os estudantes inquiridos que trabalham, que tipo de actividade desenvolvem? Em termos de categoria socioprofissional (quadro 2.19)², incluem-se sobretudo nos empregados executantes (65,2%). Seguem-se, ainda que a uma acentuada distância, os profissionais técnicos e de enquadramento (16,5%), os operários industriais (8,4%) e os trabalhadores independentes (7,5%). A categoria socioprofissional de empresários, dirigentes e profissionais liberais, bem como, no outro extremo, a de assalariados agrícolas, apresentam apenas valores residuais (2% e 0,3%, respectivamente).

Quadro 2.19: Categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham

Categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham	n	%
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)	7	2,0
Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE)	57	16,5
Trabalhadores Independentes (TI)	26	7,5
Empregados Executantes (EE)	225	65,2
Operários Industriais (OI)	29	8,4
Assalariados Agrícolas (AA)	1	0,3
Total	345	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

² Categorias socioprofissionais construídas a partir do cruzamento entre os indicadores profissão e situação na profissão (Costa, 1999; Machado e outros, 2003).

Estes dados devem, contudo, ser analisados por referência a outras variáveis, como sejam a regularidade e o regime de trabalho, bem como a idade e o sexo dos estudantes. Como é possível verificar no quadro 2.20, as categorias socioprofissionais dos estudantes que trabalham encontram-se diferentemente distribuídas pelas três modalidades de trabalho.

Quadro 2.20: Categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham, pelo tipo de trabalho remunerado

Trabalho remunerado		Categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham						Total
		EDL	PTE	TI	EE	OI	AA	
Ocasionalmente	n	2	9	16	102	16	0	145
	% linha	1,4%	6,2%	11,0%	70,3%	11,0%	0,0%	100,0%
	% coluna	28,6%	16,4%	61,5%	45,7%	55,2%	0,0%	42,5%
Regularidade a tempo parcial	n	3	5	8	76	6	1	99
	% linha	3,0%	5,1%	8,1%	76,8%	6,1%	1,0%	100,0%
	% coluna	42,9%	9,1%	30,8%	34,1%	20,7%	100,0%	29,0%
Regularidade a tempo inteiro	n	2	41	2	45	7	0	97
	% linha	2,1%	42,3%	2,1%	46,4%	7,2%	0,0%	100,0%
	% coluna	28,6%	74,5%	7,7%	20,2%	24,1%	0,0%	28,4%
Total	n	7	55	26	223	29	1	341
	% linha	2,1%	16,1%	7,6%	65,4%	8,5%	0,3%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(10)=76,709$; $p<0,001$; V de Cramer = 0,335³
 Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

A categoria dos empregados executantes – que, como se viu, concentra mais inquiridos – encontra-se sobretudo associada a um trabalho ocasional (45,7%). Atendendo às qualificações escolares destes estudantes e às suas trajectórias sociais futuras mais prováveis, em princípio nas categorias socioprofissionais superiores, torna-se mais claro o estatuto ocasional deste tipo de profissões. Já os 20,2% que trabalham com regularidade a tempo inteiro correspondem provavelmente, no

³ A interpretação do Teste do Qui-Quadrado deve ser feita com as devidas precauções analíticas pelo facto de se verificar a existência de mais de 20% de células com frequência esperada inferior a 5 e de surgirem também frequências esperadas inferiores a 1.

essencial, a trabalhadores-estudantes em busca de formação adicional, numa perspectiva de mobilidade profissional e social ascendente.

É também entre os empregados executantes que se regista a percentagem mais elevada de estudantes com idades até aos 23 anos (51,1%), o que está de acordo com o cariz temporário das actividades profissionais que grande parte deles desenvolve antes da conclusão dos cursos que frequentam (quadro 2.21).

Quadro 2.21: Categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham, por grupo etário

Categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham		Grupo etário				Total
		Até aos 19 anos	de 20 a 23 anos	de 24 a 27 anos	Mais de 27 anos	
EDL	n	0	1	3	3	7
	% linha	0,0%	14,3%	42,9%	42,9%	100,0%
	% coluna	0,0%	0,8%	3,3%	2,7%	2,0%
PTE	n	1	5	11	40	57
	% linha	1,8%	8,8%	19,3%	70,2%	100,0%
	% coluna	4,3%	4,2%	12,0%	36,0%	16,5%
TI	n	3	5	8	10	26
	% linha	11,5%	19,2%	30,8%	38,5%	100,0%
	% coluna	13,0%	4,2%	8,7%	9,0%	7,5%
EE	n	16	99	60	50	225
	% linha	7,1%	44,0%	26,7%	22,2%	100,0%
	% coluna	69,6%	83,2%	65,2%	45,0%	65,2%
OI	n	3	9	9	8	29
	% linha	10,3%	31,0%	31,0%	27,6%	100,0%
	% coluna	13,0%	7,6%	9,8%	7,2%	8,4%
AA	n	0	0	1	0	1
	% linha	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
	% coluna	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	0,3%
Total	n	23	119	92	111	345
	% linha	6,7%	34,5%	26,7%	32,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(15) = 61,862$; $p < 0,001$; V de Cramer = $0,244^4$
 Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

⁴ A interpretação do Teste do Qui-Quadrado deve ser feita com as devidas precauções analíticas pelo facto de se verificar a existência de mais de 20% de células com frequência esperada inferior a 5.

Esta noção é convergente com o facto de, entre os estudantes com empréstimo que se situam na categoria dos profissionais técnicos e de enquadramento – onde grande parte das trajectórias futuras mais prováveis dos estudantes do ensino superior se pode inscrever –, ser maioritário o trabalho com regularidade a tempo inteiro (74,5%), e também com o facto de serem os dessa categoria socioprofissional que mais concentram estudantes com idades superiores a 27 anos (70,2%).

Os inquiridos que são empresários, dirigentes e profissionais liberais trabalham sobretudo a tempo parcial (42,9%) e registam um valor considerável de estudantes com mais de 27 anos (42,9%), situação que pode estar associada, nomeadamente, a oportunidades criadas por negócios familiares, que possibilitam inserções profissionais mais flexíveis.

2.3. Caracterização familiar

Analisar os perfis sociais dos estudantes que recorrem a empréstimos com garantia mútua implica dedicar especial atenção à caracterização familiar dos inquiridos, nomeadamente no que aos seus recursos e condições de vida diz respeito. Esta atenção analítica justifica-se plenamente, dada a influência que, como se sabe, a família de origem tem em múltiplos aspectos das condições e opções de vida dos jovens, e para mais quando, como se viu, estes estudantes têm ainda a família como principal suporte financeiro e residencial.

O acesso ao ensino superior tem vindo a crescer gradualmente em Portugal, particularmente nas últimas décadas. Uma das principais implicações de tal alargamento tem sido a progressiva abertura do ensino superior a camadas sociais da população que, em períodos históricos anteriores, não atingiam este patamar de qualificações escolares. A ampliação do leque de origens sociais dos estudantes não significou, contudo, o fim das assimetrias sociais no ensino superior. É neste âmbito

que se inscreve um conjunto de políticas públicas que procura atenuar a persistência de desigualdades sociais e alargar o acesso a este nível de ensino. Assume, assim, grande relevância analítica proceder à caracterização social dos grupos domésticos de origem dos estudantes inquiridos.

A leitura do quadro 2.22, que apresenta os níveis de escolaridade dos pais e das mães dos inquiridos, aponta precisamente para essa diversificação das origens sociais dos estudantes do ensino superior, remetendo para um *duplo padrão de recrutamento social* dos estudantes que frequentam este nível de ensino.

Por um lado, cerca de 25% dos pais e de 21% das mães dos inquiridos completaram apenas o 1º ciclo do ensino básico. Deve também ser destacada a presença, ainda que muito residual, de pais e mães sem qualquer grau de escolaridade (0,9% e 1,5%, respectivamente). Por outro lado, aproximadamente 20% dos pais e das mães dos inquiridos têm níveis qualificacionais mais elevados, tendo concluído o ensino médio ou superior⁵.

Quadro 2.22: Nível de escolaridade do grupo doméstico de origem

Nível de escolaridade do grupo doméstico de origem	Estudantes com empréstimo			
	Pai		Mãe	
	n	%	n	%
Sem grau de escolaridade	8	0,9	14	1,5
Ensino básico - 1º ciclo, ou equivalente	228	24,6	200	21,3
Ensino básico - 2º ciclo, ou equivalente	116	12,5	128	13,7
Ensino básico - 3º ciclo, ou equivalente	164	17,7	169	18,0
Ensino secundário	225	24,3	239	25,5
Ensino médio	62	6,7	57	6,1
Ensino superior	124	13,4	130	13,9
Total	927	100,0	937	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

⁵ É importante explicitar que, apesar de já não existir o ensino médio, a sua inclusão no inquérito deveu-se ao facto de alguns pais ou mães dos inquiridos poderem ter frequentado esse nível de ensino.

Cerca de 13% dos pais e de 14% das mães dos inquiridos completaram o 2º ciclo do ensino básico. Quanto ao 3º ciclo, aproximadamente 18% dos pais e mães dos estudantes com empréstimos concluíram este grau de ensino. É ainda de referir que 24,3% dos pais e 25,5% das mães dos inquiridos têm qualificações escolares ao nível do ensino secundário.

No fundo, no total de inquiridos é possível encontrar estudantes oriundos de famílias com relações muito diferentes com o sistema de ensino.

Quanto à condição perante o trabalho do grupo doméstico de origem, o perfil dos estudantes com empréstimos é um pouco diferente do perfil de conjunto dos estudantes do ensino superior (Inquérito *Eurostudent* 2007) (quadro 2.23). Apesar de a maioria dos pais e mães dos inquiridos ter um trabalho remunerado, apresentam valores mais baixos de actividade profissional (62,3% e 59,2%, respectivamente) do que os do grupo doméstico do conjunto de estudantes do ensino superior (80,2% e 65,8%, respectivamente).

Outra diferença assinalável diz respeito ao número de desempregados entre os pais e mães dos inquiridos (11,4% e 13,8%, respectivamente), bastante mais elevado do que o registado pelo Inquérito *Eurostudent* 2007 relativamente aos grupos domésticos de origem do conjunto dos estudantes do país (4% para os pais e 6,7% para as mães).

Estas diferenças na condição perante o trabalho do grupo doméstico de origem podem ser fulcrais para explicar uma das vertentes do recurso aos empréstimos com garantia mútua por parte de alguns estudantes, na medida em que a situações familiares de dificuldades económicas associadas à ausência de emprego, mais conjunturais ou mais duradouras, pode corresponder a procura de outros apoios financeiros para suportar percursos de escolarização no ensino superior.

Quadro 2.23: Condição perante o trabalho do grupo doméstico de origem

Condição perante o trabalho do grupo doméstico de origem	Estudantes com empréstimo ⁽¹⁾				Estudantes do ensino superior ⁽²⁾	
	Pai		Mãe		Pai	Mãe
	n	%	n	%	%	%
Empregada/o	568	62,3	558	59,2	80,2	65,8
Desempregada/o	104	11,4	130	13,8	4,0	6,7
Profissionalmente não activa/o	6	0,7	134	14,2	1,0	18,1
Reformada/o	162	17,8	95	10,1	14,8	9,4
Falecida/o	72	7,9	26	2,8	6,4	1,7
Total	912	100,0	943	100,0	100,0	

⁽¹⁾ Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

⁽²⁾ Fonte: CIES, Inquérito Eurostudent 2007

As diferenças de perfil social entre os inquiridos e o conjunto dos estudantes do ensino superior do país são também visíveis quando olhadas através de indicadores socioprofissionais da classe social de origem (quadro 2.24). Se relativamente aos pais e mães com categorias socioprofissionais de empresários, dirigentes e profissionais liberais e de trabalhadores independentes os valores se aproximam, é possível, por outro lado, identificar diferenças relevantes quanto aos pais e mães que pertencem às categorias de profissionais técnicos e de enquadramento e de empregados executantes.

Essas duas categorias socioprofissionais são as que prevalecem entre os pais e mães tanto dos estudantes com empréstimo como dos estudantes do sistema de ensino superior nacional no seu conjunto. Contudo, os pais e mães na categoria de profissionais técnicos e de enquadramento encontram-se sub-representados (25,8%/22,4% face a 35,1%/39,4%) e os pais e mães na categoria de empregados executantes encontram-se sobre-representados (25,5%/47,2% face a 14,7%/35%) entre os estudantes com empréstimos face aos estudantes do ensino superior no seu todo.

Quadro 2.24: Categoria socioprofissional do grupo doméstico de origem

Categoria socioprofissional do grupo doméstico de origem	Estudantes com empréstimo ⁽¹⁾				Estudantes do ensino superior ⁽²⁾	
	Pai		Mãe		Pai	Mãe
	n	%	n	%	%	%
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	124	15,8	52	7,6	16,2	9,0
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	203	25,8	154	22,4	35,1	39,4
Trabalhadores Independentes	77	9,8	35	5,1	8,9	6,6
Agricultores Independentes	15	1,9	7	1,0	2,6	0,8
Empregados Executantes	201	25,5	324	47,2	14,7	35,0
Operários Industriais	159	20,2	108	15,7	21,4	8,5
Assalariados Agrícolas	8	1,0	7	1,0	1,1	0,7
Total	787	100,0	687	100,0	100,0	100,0

⁽¹⁾ Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

⁽²⁾ Fonte: CIES, Inquérito *Eurostudent* 2007

O conjunto das categorias socioprofissionais relativas aos empregados executantes e aos operários industriais perfaz 45,7% para os pais e 62,9% para as mães. Estes valores, no Inquérito *Eurostudent* 2007, são mais baixos: 36,1% para os pais e 43,5% para as mães.

Esta situação inverte-se para as origens familiares com recursos económicos e qualificacionais relativamente elevados, como sejam os empresários, dirigentes e profissionais liberais e os profissionais técnicos e de enquadramento. Entre os inquiridos com empréstimo, as duas categorias somam 41,6% para os pais e 30% para as mães. Já no conjunto dos estudantes do ensino superior estes grupos sociais, em conjunto, perfazem valores significativamente mais elevados: 51,3% dos pais e 48,4% das mães.

Esta distribuição põe em evidência, mais uma vez, o “duplo padrão de recrutamento social” (Machado e outros, 2003; Martins, Mauritti e Costa, 2005 e 2008; Mauritti e Martins, 2007) dos estudantes do ensino superior, com coexistência de dinâmicas de reprodução social e, simultaneamente, de abertura à mobilidade social ascendente. Na realidade, como se viu, os grupos domésticos de origem dos estudantes com empréstimo inquiridos distribuem-se por todas as categorias socioprofissionais e pelos diversos níveis de escolaridade.

Constata-se, portanto, que os empréstimos com garantia mútua não estão a ser captados apenas por estudantes oriundos de classes baixas, com menos recursos escolares e económicos, mas, em termos gerais, por inquiridos com origens sociais diversificadas. No entanto, face ao conjunto da população de estudantes do ensino superior, verifica-se um acréscimo de cerca de 10% de estudantes oriundos de condições sociais médias-baixas (empregados executantes) e, em contraponto, um decréscimo, também na ordem dos 10%, dos inquiridos provenientes de famílias de condições sociais médias ou média-altas (profissionais técnicos e de enquadramento).

A prevalência destas duas categorias socioprofissionais nas origens sociais dos inquiridos sugere a diferenciação dos estudantes com empréstimo em dois perfis principais. O primeiro, sobre-representado nos estudantes com empréstimo face ao conjunto dos que frequentam o ensino superior, remete para aspirações de mobilidade social ascendente, financiadas, em certa medida, pelo empréstimo. Neste perfil inscrevem-se estudantes oriundos sobretudo de famílias de empregados executantes. O segundo aponta para camadas sociais com mais recursos escolares e económicos (principalmente profissionais técnicos e de enquadramento) para quem o empréstimo, não decorrendo necessariamente de dificuldades económicas, pode actuar como instrumento da procura de uma certa autonomia financeira por parte dos estudantes e de apoio às suas opções de estilo de vida.

Em ambos os casos, mas também em termos gerais, os valores de empréstimo solicitados são moderados, como foi já analisado (ver quadro 1.2 e também anexos B e C). Contudo, isso pode acontecer por motivos diferentes. No caso do primeiro perfil, de ascensão social, o facto de não solicitarem montantes de empréstimo mais elevados pode ser indicador de uma capacidade limitada de endividamento. Relativamente ao perfil de reforço dos estilos de vida, pode dever-se ao carácter assumidamente complementar do empréstimo relativamente a outras fontes de

rendimento, elas próprias capazes de fazer face às despesas básicas associadas à frequência do ensino superior.

De acordo com os indicadores de origem social dos estudantes aqui analisados é ainda possível identificar a existência de um terceiro perfil estudantil que se distancia substancialmente dos anteriores. O empréstimo pode também ser mobilizado como instrumento de apoio financeiro face a dificuldades económicas conjunturais, sem o qual o financiamento dos percursos dos estudantes pelo ensino superior poderia ficar comprometido. Este tipo de empréstimo, de cariz defensivo, poderia não ter sido procurado numa situação conjuntural mais positiva, nomeadamente se alguns dos familiares dos inquiridos não se encontrassem desempregados. Neste âmbito, os montantes de empréstimo são também moderados, o que se explica pelas limitações económicas destas famílias.

Para concluir a caracterização familiar dos inquiridos, importa ainda perceber se os recursos familiares são canalizados para mais do que um filho inserido no ensino superior.

Quadro 2.25: Irmãos a frequentar o ensino superior

	Irmãos no ensino superior		Nº de irmãos no ensino superior		
	n	%	n	%	
Sim	194	20,4	1	173	90,6
Não	755	79,6	2	15	7,9
Total	949	100,0	3	3	1,6
			Total	191	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Como fica claro no quadro 2.25, a maioria destes estudantes não tem irmãos a frequentar este nível de ensino (79,6%), não parecendo a existência de irmãos, portanto, constituir um factor decisivo para o recurso a empréstimos com garantia

mútua. Dos que afirmam ter irmãos no ensino superior, quase todos se reportam a apenas um (90,6%).

3. Valores dos empréstimos e perfis estudantis

A análise desenvolvida nos pontos anteriores do presente relatório possibilitou mapear não só as principais características dos empréstimos com garantia mútua contratados pelos inquiridos, como também os perfis sociais dos estudantes que a eles recorrem.

É possível aprofundar a análise, porém, investigando as relações entre os valores do empréstimo contratado e as principais variáveis de caracterização dos perfis estudantis.

O quadro 3.1 mostra a distribuição do valor total do empréstimo pela *área de formação*. Nos domínios da Educação, das Artes e Humanidades, das Ciências Sociais, Gestão e Direito, das Ciências, Matemática e Informática, da Agricultura e dos Serviços os estudantes tendem a concentrar-se nos três primeiros escalões ($\leq 5\ 000$ €, entre 5 001 € e 10 000 € e entre 10 001 € e 15 000 €), apresentando números bastante mais baixos nos montantes acima dos 15 000 €. Já no que diz respeito à Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, mas sobretudo à Saúde e Protecção Social, a situação altera-se, encontrando-se nestas áreas de formação as maiores proporções de inquiridos que contratam empréstimos mais elevados.

Convém realçar que mais de metade dos inquiridos que estudam na área da Saúde e Protecção Social fazem-no em instituições privadas (ver anexo D), o que pode contribuir para explicar a contratação de empréstimos de valores mais altos. Para além disso, como foi já apresentado anteriormente, no quadro 2.18, estas duas áreas são as que integram o maior número de inquiridos que não desenvolvem qualquer tipo de actividade profissional. Para os estudantes destas áreas, pois, o empréstimo não parece funcionar, no essencial, como complemento financeiro a um rendimento

laboral, diferentemente do que acontece nas restantes áreas de formação, onde essa complementaridade ocorre para maiores percentagens de estudantes.

Quadro 3.1: Valor total do empréstimo por área de formação

Área de formação		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
Educação	n	11	11	14	4	0	0	40
	% linha	27,5%	27,5%	35,0%	10,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% coluna	5,2%	4,2%	5,6%	4,0%	0,0%	0,0%	4,3%
Artes e Humanidades	n	23	29	27	7	3	0	89
	% linha	25,8%	32,6%	30,3%	7,9%	3,4%	0,0%	100,0%
	% coluna	10,8%	11,1%	10,8%	6,9%	3,1%	0,0%	9,5%
Ciências Sociais, Gestão e Direito	n	82	94	90	14	19	3	302
	% linha	27,2%	31,1%	29,8%	4,6%	6,3%	1,0%	100,0%
	% coluna	38,5%	35,9%	35,9%	13,9%	19,4%	27,3%	32,3%
Ciências, Matemática e Informática	n	24	21	13	2	3	0	63
	% linha	38,1%	33,3%	20,6%	3,2%	4,8%	0,0%	100,0%
	% coluna	11,3%	8,0%	5,2%	2,0%	3,1%	0,0%	6,7%
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	n	27	30	34	15	33	2	141
	% linha	19,1%	21,3%	24,1%	10,6%	23,4%	1,4%	100,0%
	% coluna	12,7%	11,5%	13,5%	14,9%	33,7%	18,2%	15,1%
Agricultura	n	3	0	1	0	0	0	4
	% linha	75,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% coluna	1,4%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Saúde e Protecção Social	n	29	51	47	55	39	6	227
	% linha	12,8%	22,5%	20,7%	24,2%	17,2%	2,6%	100,0%
	% coluna	13,6%	19,5%	18,7%	54,5%	39,8%	54,5%	24,3%
Serviços	n	14	26	25	4	1	0	70
	% linha	20,0%	37,1%	35,7%	5,7%	1,4%	0,0%	100,0%
	% coluna	6,6%	9,9%	10,0%	4,0%	1,0%	0,0%	7,5%
Total	n	213	262	251	101	98	11	936
	% linha	22,8%	28,0%	26,8%	10,8%	10,5%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(35)=160,792$; $p<0,001$; V de Cramer = 0,185⁶

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

⁶ A interpretação do Teste do Qui-Quadrado deve ser feita com as devidas precauções analíticas pelo facto de se verificar a existência de mais de 20% de células com frequência esperada inferior a 5 e de surgirem também frequências esperadas inferiores a 1.

Quanto ao *sector de ensino*, são sobretudo os inquiridos que estudam em instituições privadas os que solicitam empréstimos com valores mais elevados (quadro 3.2).

A maior parte dos estudantes inquiridos do ensino privado declara ter entre 5 000 € e 15 000 € (55,6%) como valor total do empréstimo, quando a maioria dos que estudam no ensino público afirma ter contratado um montante até 10 000 € (54,5%).

Apesar de as diferenças não serem muito acentuadas, podem derivar das despesas acrescidas que a frequência de instituições de ensino privadas em geral acarreta.

Quadro 3.2: Valor total do empréstimo por sector de ensino

Sector de ensino		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
Ensino Público	n	145	165	143	48	60	8	569
	% linha	25,5%	29,0%	25,1%	8,4%	10,5%	1,4%	100,0%
	% coluna	67,8%	63,5%	56,7%	47,5%	61,2%	72,7%	60,8%
Ensino Privado	n	69	95	109	53	38	3	367
	% linha	18,8%	25,9%	29,7%	14,4%	10,4%	0,8%	100,0%
	% coluna	32,2%	36,5%	43,3%	52,5%	38,8%	27,3%	39,2%
Total	n	214	260	252	101	98	11	936
	% linha	22,9%	27,8%	26,9%	10,8%	10,5%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(5) = 14,987$; $p < 0,05$; V de Cramer = 0,127
 Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

É também possível identificar algumas variações quanto ao valor total dos empréstimos com garantia mútua relativamente ao *subsistema de ensino* (quadro 3.3). No entanto, essas diferenças entre estudantes do ensino universitário e do ensino politécnico são relativamente pequenas e oscilantes, não apresentando um padrão de sentido nítido.

Quadro 3.3: Valor total do empréstimo por subsistema de ensino

Subsistema de ensino		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
Ensino Universitário	n	154	145	155	51	73	9	587
	% linha	26,2%	24,7%	26,4%	8,7%	12,4%	1,5%	100,0%
	% coluna	72,0%	55,8%	61,5%	50,5%	74,5%	81,8%	62,7%
Ensino Politécnico	n	60	115	97	50	25	2	349
	% linha	17,2%	33,0%	27,8%	14,3%	7,2%	0,6%	100,0%
	% coluna	28,0%	44,2%	38,5%	49,5%	25,5%	18,2%	37,3%
Total	n	214	260	252	101	98	11	936
	% linha	22,9%	27,8%	26,9%	10,8%	10,5%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(5) = 27,325$; $p < 0,001$; V de Cramer = 0,171

Fonte: CIES, Inquérito ESEEGAM 2009

Importa, por outro lado, procurar perceber as diferenças no valor total do empréstimo com garantia mútua no que diz respeito a variáveis de caracterização pessoal dos estudantes, como sejam a idade, o sexo, o exercício de uma actividade profissional e a deslocação de residência.

Quadro 3.4: Valor total do empréstimo por grupo etário

Grupo etário		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
Até aos 19 anos	n	11	19	78	35	44	8	195
	% linha	5,6%	9,7%	40,0%	17,9%	22,6%	4,1%	100,0%
	% coluna	5,1%	7,2%	30,8%	34,7%	44,4%	72,7%	20,7%
de 20 a 23 anos	n	83	126	116	46	44	2	417
	% linha	19,9%	30,2%	27,8%	11,0%	10,6%	0,5%	100,0%
	% coluna	38,4%	47,9%	45,8%	45,5%	44,4%	18,2%	44,2%
de 24 a 27 anos	n	69	57	33	9	4	1	173
	% linha	39,9%	32,9%	19,1%	5,2%	2,3%	,6%	100,0%
	% coluna	31,9%	21,7%	13,0%	8,9%	4,0%	9,1%	18,3%
Mais de 27 anos	n	53	61	26	11	7	0	158
	% linha	33,5%	38,6%	16,5%	7,0%	4,4%	0,0%	100,0%
	% coluna	24,5%	23,2%	10,3%	10,9%	7,1%	0,0%	16,8%
Total	n	216	263	253	101	99	11	943
	% linha	22,9%	27,9%	26,8%	10,7%	10,5%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(15) = 190,129$; $p < 0,001$; V de Cramer = 0,259

Fonte: CIES, Inquérito ESEEGAM 2009

Relativamente à *idade*, verifica-se que são os inquiridos mais novos aqueles que contratam empréstimos de valores mais elevados (quadro 3.4). Para só referir os escalões etários extremos, nas idades até aos 19 anos, 44,6% dos inquiridos afirmam ter montantes de empréstimo superiores a 15 000 €, quando no que compreende idades superiores a 27 anos essa percentagem desce para 11,4%. Inversamente, entre este grupo de estudantes mais velhos, 88,6% dizem ter solicitado um empréstimo de valor até 15 000 €, quando entre os mais novos esse número desce para os 55,3%.

Quanto ao *sexo*, as mulheres tendem a contratar empréstimos com valores mais elevados (quadro 3.5). Por exemplo, 53% das estudantes do sexo feminino têm empréstimos acima dos 10 000 €, enquanto apenas 43,1% dos inquiridos do sexo masculino se situam nesses escalões de empréstimo mais elevados.

Quadro 3.5: Valor total do empréstimo por sexo

		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
Feminino	n	127	145	162	73	61	9	577
	% linha	22,0%	25,1%	28,1%	12,7%	10,6%	1,6%	100,0%
	% coluna	58,8%	55,1%	64,3%	72,3%	62,2%	81,8%	61,3%
Masculino	n	89	118	90	28	37	2	364
	% linha	24,5%	32,4%	24,7%	7,7%	10,2%	0,5%	100,0%
	% coluna	41,2%	44,9%	35,7%	27,7%	37,8%	18,2%	38,7%
Total	n	216	263	252	101	98	11	941
	% linha	23,0%	27,9%	26,8%	10,7%	10,4%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(5) = 12,855$; $p < 0,05$; V de Cramer = 0,117

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Entre os estudantes que não desempenham uma *actividade profissional remunerada*, 70,6% afirmam ter até, no máximo, 15 000 € de empréstimo, percentagem que sobe para 92,4% entre os inquiridos que trabalham com regularidade a tempo inteiro (quadro 3.6). Inversamente, 29,4% dos estudantes que não trabalham solicitaram mais

de 15 000 €, quando entre os que trabalham com regularidade a tempo inteiro esse valor desce para 7,6%.

Quadro 3.6: Valor total do empréstimo por trabalho remunerado durante o curso

Trabalho remunerado		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
Não	n	82	140	169	73	80	10	554
	% linha	14,8%	25,3%	30,5%	13,2%	14,4%	1,8%	100,0%
	% coluna	38,1%	53,8%	67,6%	73,0%	81,6%	90,9%	59,3%
Ocasionalmente	n	67	41	30	15	8	1	162
	% linha	41,4%	25,3%	18,5%	9,3%	4,9%	0,6%	100,0%
	% coluna	31,2%	15,8%	12,0%	15,0%	8,2%	9,1%	17,3%
Regularidade a tempo parcial	n	31	35	32	6	8	0	112
	% linha	27,7%	31,3%	28,6%	5,4%	7,1%	0,0%	100,0%
	% coluna	14,4%	13,5%	12,8%	6,0%	8,2%	0,0%	12,0%
Regularidade tempo inteiro	n	35	44	19	6	2	0	106
	% linha	33,0%	41,5%	17,9%	5,7%	1,9%	0,0%	100,0%
	% coluna	16,3%	16,9%	7,6%	6,0%	2,0%	0,0%	11,3%
Total	n	215	260	250	100	98	11	934
	% linha	23,0%	27,8%	26,8%	10,7%	10,5%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(15)=100,606$; $p<0,001$; V de Cramer=0,189
Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Quanto à *residência*, a leitura do quadro 3.7 permite perceber que o facto de os estudantes serem ou não deslocados pode influir no valor de empréstimo que é solicitado. Do grupo de inquiridos que tem uma residência diferente em período lectivo, 26,4% declaram ter um empréstimo de valor superior a 15 000 €, quando esse valor desce para os 19% entre os estudantes que não são deslocados. Em contrapartida, 73,6% dos inquiridos que residem numa localidade diferente em tempo de aulas afirmam ter contratado um empréstimo até 15 000 €, valor que sobe para os 81% no que diz respeito aos estudantes não deslocados. As despesas acrescidas, nomeadamente em termos de alojamento, transportes e alimentação, que a deslocação de residência pode representar, contribuem para esta diferença.

Quadro 3.7: Valor total do empréstimo por deslocação residencial em período lectivo

		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
Sim	n	91	110	122	48	61	7	439
	% linha	20,7%	25,1%	27,8%	10,9%	13,9%	1,6%	100,0%
	% coluna	42,5%	42,3%	48,6%	47,5%	62,2%	63,6%	47,0%
Não	n	123	150	129	53	37	4	496
	% linha	24,8%	30,2%	26,0%	10,7%	7,5%	0,8%	100,0%
	% coluna	57,5%	57,7%	51,4%	52,5%	37,8%	36,4%	53,0%
Total	n	214	260	251	101	98	11	935
	% linha	22,9%	27,8%	26,8%	10,8%	10,5%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(5)=14,657$; $p<0,05$; V de Cramer=0,125
Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

A caracterização socioeconómica dos estudantes com empréstimos com garantia mútua passa também, como foi já referido, pela análise das suas *origens sociais*. No entanto, não se verificou a existência de uma relação significativa entre as escolaridades do grupo doméstico de origem ou entre as categorias socioprofissionais e o montante contratado de empréstimo (ver anexos B, C, E e F).

Em si mesmos, os montantes dos empréstimos solicitados não resultam directamente, pois, das características educacionais e socioprofissionais das famílias de origem. Associam-se sobretudo, em primeiro plano, a variáveis como a idade e o sexo, como a condição perante o trabalho do estudante e o facto de ele se encontrar ou não deslocado para estudar, como a área de formação e o sector de ensino que frequenta (público ou privado).

Mas, por um lado, algumas destas variáveis não deixam de ser influenciadas, por sua vez, pelos recursos económicos e escolares das famílias dos estudantes, desigualmente distribuídos. E, por outro lado, estas variáveis actuam em articulação entre si, como se poderá perceber ainda melhor no ponto seguinte da análise.

4. Empréstimo com garantia mútua e bolsa de acção social:

Lógicas sociais distintas

Um dos objectivos deste estudo consiste, como foi já referido, na análise da relação entre o sistema de empréstimos com garantia mútua e os apoios prestados pelos serviços de acção social. Para este efeito é fundamental, por um lado, aferir se os estudantes que recorrem aos empréstimos acumulam, ou não, esse tipo de apoio com aquele que é prestado por via de bolsas de acção social, e, por outro lado, procurar identificar as lógicas principais subjacentes a cada um desses recursos.

Como é possível observar no quadro 4.1, cerca de um terço dos inquiridos usufrui de uma bolsa de acção social (33,3%), valor similar ao de 32,4%, registado no Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior 2007/Inquérito *Eurostudent* 2007 (Martins, Mauritti e Costa, 2008).

Quadro 4.1: Bolsa de acção social

Bolsa de acção social	Estudantes com empréstimo ⁽¹⁾		Estudantes que declaram receber rendimentos directamente do Estado ⁽²⁾
	n	%	%
Sim	316	33,3	32,4
Não	634	66,7	67,6
Total	950	100,0	100,0

⁽¹⁾ Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

⁽²⁾ Fonte: CIES, Inquérito *Eurostudent* 2007

Os montantes de bolsa de acção social recebidos pelos estudantes inquiridos situam-se maioritariamente (77,9%) nos três primeiros escalões, correspondentes a bolsas mensais que não ultrapassam os 200 € (quadro 4.2). O facto de a maioria dos inquiridos não auferir bolsas de valor mais elevado pode, em princípio, significar que

não se está perante as camadas economicamente mais carenciadas de estudantes que recorrem a este tipo de apoio.

Quadro 4.2: Valor mensal da bolsa de acção social (base+complementos)

Valor mensal da bolsa de acção social	n	%
≤ 50 €	15	4,7
51 € - 100 €	127	40,1
101 € - 200 €	105	33,1
201 € - 300 €	47	14,8
301 € - 400 €	16	5,0
401 € - 500 €	6	1,9
> 500 €	1	0,3
Total	317	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Como se pode ver no quadro 4.3, para os estudantes inquiridos que usufruem de bolsa, este tipo de apoio é sobretudo direccionado para o pagamento de propinas (79,2%). Com valores também assinaláveis são apontados, como domínios suportados pela bolsa da acção social, os transportes (42,8%), a alimentação (37,1%), o material escolar (35,5%) e a residência (23,6%).

A comparação das finalidades da bolsa com as finalidades do empréstimo, referidas pelos estudantes inquiridos, permite perceber que estes dois tipos de apoio são declaradamente canalizados sobretudo para um mesmo conjunto de despesas prioritárias.

Em particular, para o subconjunto de estudantes que acumulam bolsa e empréstimo, as duas fontes de rendimento podem funcionar de forma complementar, sendo usadas para fazer face ao leque de despesas básicas com que têm de lidar quotidianamente (ver também o anexo G).

Quadro 4.3: Tipo de apoio por finalidade dos apoios

Finalidade dos apoios	Finalidade da Bolsa		Finalidade do empréstimo			
	Estudantes com Empréstimo + Bolsa		Estudantes só com Empréstimo		Total de Estudantes com Empréstimo (com e sem bolsa)	
	n	%	n	%	n	%
Pagamento de propinas	248	79,2	586	92,7	817	86,3
Despesas de transportes	134	42,8	277	43,8	458	48,4
Despesas de alimentação	116	37,1	251	39,7	442	46,7
Despesas de alojamento	74	23,6	222	35,1	375	39,6
Aquisição de outros meios de estudo			126	19,9	218	23,0
Aquisição de computador / outros meios informáticos	111	35,5	91	14,4	155	16,4
Participação no Programa de Mobilidade Erasmus			31	4,9	50	5,3
Outros motivos / outras actividades			24	3,8	47	5,0
Actividades culturais			15	2,4	32	3,4
Outras viagens fora do país			9	1,4	13	1,4

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

No entanto, as constatações anteriores não permitem ainda discernir até que ponto os empréstimos com garantia mútua e as bolsas da acção social são apoios simplesmente intermutáveis ou, pelo contrário, assentam em lógicas sociais distintas.

Para comparar as lógicas sociais associadas aos empréstimos com garantia mútua e às bolsas de acção social, não se pode deixar de examinar os parâmetros de caracterização social e escolar dos estudantes inquiridos.

Quadro 4.4: Tipo de apoio por sexo

Sexo ⁽¹⁾	Estudantes com Empréstimo + Bolsa		Estudantes só com Empréstimo		Total de Estudantes com Empréstimo (com e sem bolsa)	
	n	%	n	%	n	%
Feminino	210	66,7	374	59,1	584	61,6
Masculino	105	33,3	259	40,9	364	38,4
Total	315	100,0	633	100,0	485	100,0

⁽¹⁾ $\chi^2(1)=5,113$; $p<0,05$; V de Cramer=0,073

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Desde logo, entre os estudantes que, em conjugação com o empréstimo, usufruem de apoio estatal directo (bolsa da acção social), a presença do sexo feminino (66,7%) é consideravelmente maior do que entre os estudantes com empréstimo mas sem bolsa (59,1%) – como é possível observar no quadro 4.4,

Quanto à idade (quadro 4.5), a maior parte dos estudantes que obtiveram empréstimo com garantia mútua tem até 23 anos (64,9%). Porém, os que se situam nessa faixa etária mais jovem são proporcionalmente muito mais numerosos entre os que além do empréstimo usufruem de bolsa (74,4%) do que entre os que só recorrem ao empréstimo (60,3%). Correlativamente, é entre os estudantes com empréstimo mas sem bolsa que se regista a maior percentagem de inquiridos mais velhos (com mais de 23 anos de idade), concretamente 39,7%, face a 25,7% dos que também usufruem de bolsa.

Quadro 4.5: Tipo de apoio por grupo etário

Grupo etário ⁽¹⁾	Estudantes com Empréstimo + Bolsa		Estudantes só com Empréstimo		Total de Estudantes com Empréstimo (com e sem bolsa)	
	n	%	n	%	n	%
Até aos 19 anos	73	23,1	123	19,4	196	20,6
de 20 a 23 anos	162	51,3	259	40,9	421	44,3
de 24 a 27 anos	47	14,9	127	20,0	174	18,3
Mais de 27 anos	34	10,8	125	19,7	159	16,7
Total	316	100,0	634	100,0	950	100,0

⁽¹⁾ $\chi^2(3)=20,945$; $p<0,001$; V de Cramer=0,148

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

No que diz respeito ao sector de ensino (quadro 4.6), o número de estudantes que frequentam o ensino superior público é nitidamente maior entre os inquiridos com bolsa (73,7%) face aos que têm apenas o suporte financeiro do empréstimo (54,2%). O facto de o ensino superior público abranger, em termos gerais, estudantes provenientes de um espectro social mais alargado e de estes serem destinatários mais prováveis de bolsas da acção social estará muito provavelmente na base daquela diferença.

Quadro 4.6: Tipo de apoio por sector de ensino

Sector de ensino ⁽¹⁾	Estudantes com Empréstimo + Bolsa		Estudantes só com Empréstimo		Total de Estudantes com Empréstimo (com e sem bolsa)	
	n	%	n	%	n	%
Público	233	73,7	340	54,2	573	60,8
Privado	83	26,3	287	45,8	370	39,2
Total	316	100,0	627	100,0	943	100,0

⁽¹⁾ $\chi^2(1)=33,537$; $p<0,001$; V de Cramer=0,189

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Um dos critérios de atribuição de apoios complementares prestados directamente pelo Estado assenta na deslocação geográfica dos estudantes (quadro 4.7), associado a outros critérios, muito em especial os relativos aos níveis de rendimentos da família. Poderá ser nesse sentido que se observa uma percentagem mais elevada de estudantes deslocados entre os inquiridos que usufruem de bolsa de acção social (58,7%), comparativamente com o conjunto de estudantes com empréstimo mas sem bolsa (41,3%).

Quadro 4.7: Tipo de apoio por deslocação residencial em período lectivo

Estudante deslocado ⁽¹⁾	Estudantes com Empréstimo + Bolsa		Estudantes só com Empréstimo		Total de Estudantes com Empréstimo (com e sem bolsa)	
	n	%	n	%	n	%
Sim	185	58,7	259	41,3	444	47,1
Não	130	41,3	368	58,7	498	52,9
Total	315	100,0	627	100,0	942	100,0

⁽¹⁾ $\chi^2(1)=25,541$; $p<0,001$; V de Cramer=0,165

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

A leitura do quadro 4.8 sugere a existência de algumas especificidades dos estudantes inquiridos que usufruem de apoio da acção social quanto às suas fontes de rendimento. No total dos inquiridos, a família é assumida como a fonte de rendimento maioritária (70,9%). Mas já no que diz respeito ao subconjunto de estudantes que também recebe apoio estatal directo, são justamente as bolsas e os subsídios que

surtem como o suporte económico mais difundido (75,7%)⁷. A família surge apenas em segundo lugar (66,8%), o que é congruente, aliás, com o facto de o usufruto de bolsa estar associado a condições sociais de origem mais carenciadas. Não surpreende igualmente que o trabalho apareça em terceiro lugar (13,7%), sabendo-se que a existência de rendimentos laborais em geral não é compatível com o acesso a bolsas da acção social.

Quadro 4.8: Tipo de apoio por fontes de rendimento

Fontes de rendimento (para além do empréstimo)	Estudantes com Empréstimo + Bolsa		Estudantes só com Empréstimo		Total de Estudantes com Empréstimo (com e sem bolsa)	
	n	%	n	%	n	%
Família (pais, cônjuge, outra/os)	209	66,8	457	72,9	666	70,9
Bolsa / Subsídios	237	75,7	25	4,0	262	27,9
Trabalho	43	13,7	196	31,3	239	25,4
Outras fontes	1	0,3	6	1,0	7	0,7

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Diferentemente do anterior, para o subconjunto de estudantes que contratam empréstimo com garantia mútua mas que não usufruem de bolsa de acção social, apesar de a família ser assumida como a principal fonte de rendimento (72,9%), destaca-se a elevada proporção de inquiridos que tem também no trabalho um importante suporte financeiro (31,3%).

⁷ O valor obtido neste item não foi de 100% por dois motivos: a) contendo o questionário (Anexo A) outra pergunta específica sobre se os inquiridos usufruíam ou não de bolsas da acção social, colocada antes da pergunta respeitante a fontes de rendimento (a que se reporta o quadro 4.2), verificou-se que alguns dos inquiridos interpretaram esta pergunta sobre fontes de rendimento como referindo-se exclusivamente a outras bolsas ou subsídios; b) algumas bolsas da acção social cobrem apenas as propinas, não se traduzindo em rendimento líquido adicional para os estudantes, o que levou alguns a não referirem essa bolsa como fonte dos seus rendimentos pessoais. Os restantes quadros e análises deste relatório não vêm afectados porque, excepto no quadro 4.2, se usou sempre a variável directamente relativa ao usufruto ou não de bolsa de acção social, em que as referidas ambiguidades de interpretação não existiram. Quanto ao quadro 4.2, a respectiva análise também não fica prejudicada, uma vez que a exaustividade da resposta relativa a casos com bolsa teria apenas como efeito tornar ainda mais nítido o sentido das conclusões tiradas (basicamente, a diferença entre bolseiros e não bolseiros verificada na hierarquia de fontes de rendimento, em termos da sua abrangência relativa).

Importa ainda referir que, em muitos casos, o total de rendimentos dos estudantes resulta da combinação de duas ou mais das fontes aqui mencionadas.

É também entre os estudantes que além do empréstimo usufruem de bolsa que é mais comum não se ter um trabalho remunerado: 65,8% em comparação com 56,4% dos que têm empréstimo mas não bolsa (quadro 4.9). Estes últimos, pelo contrário, apresentam percentagens claramente mais elevadas de trabalho exercido com regularidade a tempo inteiro (13,5% contra 6,7% dos primeiros) e a tempo parcial (13,7% contra 8,0%).

Quadro 4.9: Tipo de apoio por trabalho remunerado durante o curso

Trabalho remunerado⁽¹⁾	Estudantes com Empréstimo + Bolsa		Estudantes só com Empréstimo		Total de Estudantes com Empréstimo (com e sem bolsa)	
	n	%	n	%	n	%
Não	206	65,8	354	56,4	560	59,5
Sim, ocasionalmente	61	19,5	103	16,4	164	17,4
Sim, com regularidade a tempo parcial	25	8,0	86	13,7	111	11,8
Sim, com regularidade a tempo inteiro	21	6,7	85	13,5	106	11,3
Total	313	100,0	628	100,0	941	100,0

⁽¹⁾ $\chi^2(3)=18,681$; $p<0,001$; V de Cramer=0,141.

Fonte: Inquérito EESEGAM 2009

Quando optam por trabalhar, que tipo de actividade profissional desenvolvem estes estudantes? Foram já analisados as categorias socioprofissionais para o total dos estudantes inquiridos. Efectuando agora a comparação dessa distribuição global quer com a dos inquiridos que contrataram empréstimo mas que não têm apoio estatal directo, quer com a do subconjunto de estudantes que também usufruem de bolsa da acção social, é possível identificar algumas diferenças assinaláveis (quadro 4.10).

No que diz respeito aos empresários, dirigentes e profissionais liberais e aos trabalhadores independentes, a distribuição dos inquiridos é semelhante. Mas o mesmo não acontece quanto às outras categorias socioprofissionais. No subconjunto de estudantes inquiridos que além do empréstimo usufruem de bolsa, os profissionais

técnicos e de enquadramento estão claramente sub-representados: 8,2% face a 19,6% entre os que só usufruem do empréstimo com garantia mútua.

Este diferencial tem como contrapartida as maiores proporções, entre os estudantes com bolsa e empréstimo, de empregados executantes (69,1% face a 63,7%) e sobretudo de operários industriais (12,4% face a 6,9%). Foi já referido o facto de a estas categorias socioprofissionais estarem privilegiadamente associadas modalidades de trabalho ocasionais, as quais se afastam das trajectórias futuras mais prováveis a que estes estudantes podem vir a aceder (quadro 2.20).

Quadro 4.10: Tipo de apoio por categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham

Categoria socioprofissional dos estudantes que trabalham	Estudantes com Empréstimo + Bolsa		Estudantes só com Empréstimo		Total de Estudantes com Empréstimo (com e sem bolsa)	
	n	%	n	%	n	%
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	2	2,1	5	2,0	7	2,0
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	8	8,2	48	19,6	56	16,4
Trabalhadores Independentes	8	8,2	18	7,3	26	7,6
Empregados Executantes	67	69,1	156	63,7	223	65,2
Operários	12	12,4	17	6,9	29	8,5
Total	97	100,0	244	100,0	341	100,0

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

As origens sociais dos estudantes que usufruem de um empréstimo com garantia mútua podem ser observadas no quadro 4.11, no qual está evidenciada a distribuição destes estudantes relativamente ao nível de escolaridade e à categoria socioprofissional do grupo doméstico de origem. A leitura desta distribuição permite identificar dois conjuntos de inquiridos com perfis sociais diferentes.

Entre os estudantes inquiridos, a maioria daqueles que, para além do empréstimo com garantia mútua, contam também com o apoio dos serviços da acção social provém de famílias com um nível de escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico (69,6% para os pais e 65,6% para as mães).

Quadro 4.11: Tipo de apoio por origens sociais

	Tipo de apoio					
	Estudantes com Empréstimo + Bolsa		Estudantes só com Empréstimo		Total de Estudantes com Empréstimo (com e sem bolsa)	
	n	% coluna	n	% coluna	n	% coluna
ESCOLARIDADE PAI⁽¹⁾						
Sem grau de escolaridade	5	1,7	3	0,5	8	0,9
Ensino básico - 1º ciclo	104	34,3	122	19,8	226	24,6
Ensino básico - 2º ciclo	44	14,5	72	11,7	116	12,6
Ensino básico - 3º ciclo	58	19,1	106	17,2	164	17,8
Ensino secundário	62	20,5	161	26,1	223	24,2
Ensino médio	14	4,6	46	7,5	60	6,5
Ensino superior	16	5,3	107	17,3	123	13,4
ESCOLARIDADE MÃE⁽²⁾						
Sem grau de escolaridade	5	1,6	9	1,4	14	1,5
Ensino básico - 1º ciclo	84	27,3	114	18,3	198	21,3
Ensino básico - 2º ciclo	47	15,3	80	12,9	127	13,7
Ensino básico - 3º ciclo	66	21,4	103	16,6	169	18,2
Ensino secundário	78	25,3	159	25,6	237	25,5
Ensino médio	11	3,6	44	7,1	55	5,9
Ensino superior	17	5,5	113	18,2	130	14,0
CATEGORIA SOCIOPROFISSIONAL PAI⁽³⁾						
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	23	8,7	101	19,5	124	15,8
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	42	15,9	159	30,6	201	25,7
Trabalhadores Independentes	32	12,1	45	8,7	77	9,8
Agricultores Independentes	6	2,3	9	1,7	15	1,9
Empregados Executantes	78	29,5	122	23,5	200	25,5
Operários	80	30,3	78	15,0	158	20,2
Assalariados Agrícolas	3	1,1	5	1,0	8	1,0
CATEGORIA SOCIOPROFISSIONAL MÃE⁽⁴⁾						
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	7	3,0	44	9,8	51	7,5
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	28	12,1	125	27,8	153	22,4
Trabalhadores Independentes	14	6,0	21	4,7	35	5,1
Agricultores Independentes	3	1,3	4	0,9	7	1,0
Empregados Executantes	120	51,7	203	45,1	323	47,4
Operários	57	24,6	49	10,9	106	15,5
Assalariados Agrícolas	3	1,3	4	0,9	7	1,0

⁽¹⁾ $\chi^2(6)=49,704$; $p<0,001$; V de Cramer=0,232; ⁽²⁾ $\chi^2(6)=39,190$; $p<0,001$; V de Cramer=0,205; ⁽³⁾ $\chi^2(6)=52,714$; $p<0,001$; V de Cramer=0,259; ⁽⁴⁾ $\chi^2(6)=47,085$; $p<0,001$; V de Cramer=0,263.

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

As maiores concentrações situam-se ao nível do 1º ciclo (34,3% dos pais e 27,3% das mães) e do ensino secundário (20,5% dos pais e 25,3% das mães), o que remete para o já referido duplo padrão de recrutamento dos estudantes do ensino superior. As qualificações ao nível do ensino superior são minoritárias (5,3% para os pais e 5,5% para as mães).

Quanto aos inquiridos que contrataram um empréstimo com garantia mútua mas que não contam com bolsa da acção social, as suas origens sociais apresentam diferenças consideráveis face ao subconjunto anterior. Os níveis de escolaridade são mais elevados, sendo que 50,9%, tanto de pais, como de mães, completaram pelo menos o ensino secundário. Registam-se também percentagens bastante mais elevadas de conclusão do ensino superior: 17,3% para os pais e 18,2% para as mães.

Estas diferenças convergem com as que se verificam nas categorias socioprofissionais do grupo doméstico de origem. No que diz respeito aos pais dos inquiridos, a proporção de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), bem como a de profissionais, técnicos e de enquadramento (PTE) duplica nos estudantes que não têm bolsa face aos que usufruem desse apoio da acção social (19,5% face a 8,7% e 30,6% face a 15,9%, respectivamente). Quanto às mães, a diferença é ainda mais acentuada, na medida em que os referidos valores quase triplicam: 9,8% de EDL (face a 3,0%) e 27,8% de PTE (face a 12,1%). Pelo contrário, relativamente aos operários, a presença de famílias inseridas nesta categoria socioprofissional diminui para metade entre os que não usufruem de bolsa da acção social comparativamente com os que recebem essa bolsa (15,0% face a 30,3% para os pais e 10,9% face a 24,6% para as mães).

A análise comparativa dos dois perfis sociais (relativos aos estudantes com empréstimo e bolsa e aos inquiridos com empréstimo mas sem bolsa) permite perceber que são muito diferentes em termos de origens sociais. O que significa que o volume de recursos escolares e económicos do grupo doméstico de origem é determinante na atribuição e usufruto de apoios directos do Estado. Já no que diz

respeito ao empréstimo com garantia mútua, a sua contratação parece não depender, em última instância, da condição socioeconómica das famílias de origem dos estudantes, assentando numa lógica social distinta.

As dissemelhanças tornam-se mais claras comparando os pesos percentuais do conjunto dos empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) e dos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) com o dos empregados executantes (EE) e o dos operários (OI), para os pais dos estudantes. No que diz respeito aos inquiridos que usufruem de bolsa de acção social, 24,6% provêm de pais EDL e PTE e 59,8% são oriundos de pais EE e OI. Quanto aos inquiridos que não recebem bolsa, a distribuição inverte-se: 50,1% provêm de pais EDL e PTE e 38,5% de pais EE e OI.

Estas diferenças ficam bem expressas nos resultados da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) levada a cabo neste âmbito (figuras 4.1 e 4.2).

Para a concretização desta análise estatística multivariada foram utilizadas seis variáveis: nível de escolaridade do pai, categoria socioprofissional do pai, valor total do empréstimo com garantia mútua, bolsa de acção social, trabalho remunerado durante o curso que frequenta e deslocação residencial em período lectivo (ver anexo H).

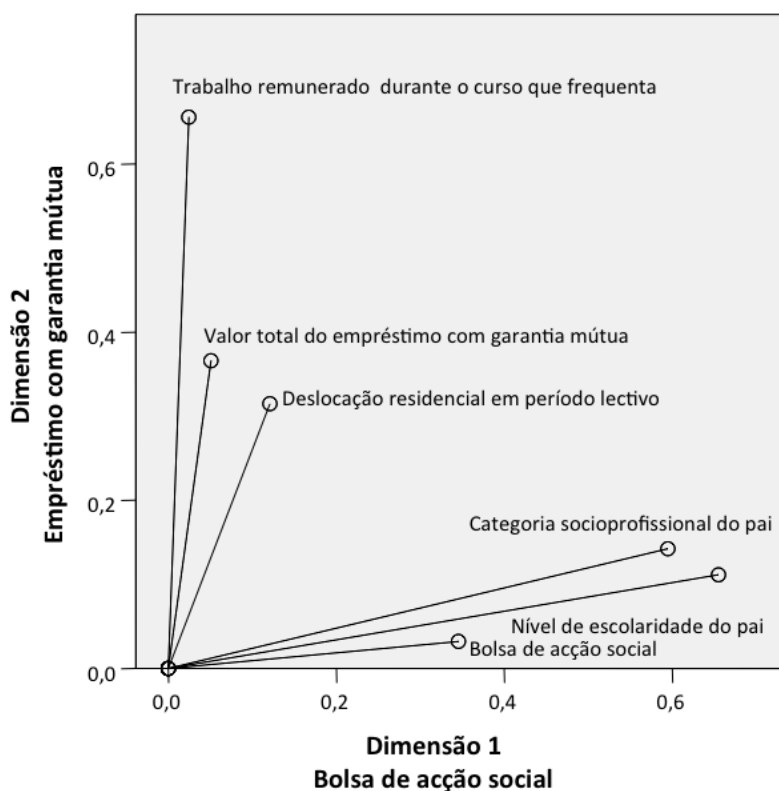
Importa referir que as origens sociais são aqui representadas por indicadores relativos apenas ao pai dos estudantes por serem aqueles que registam uma maior taxa de resposta e porque se verifica uma percentagem mais elevada de mães profissionalmente não activas.

A figura 4.1 representa graficamente as medidas de discriminação destas variáveis nas duas dimensões que resultaram da análise.

Como é possível observar, o usufruto de bolsa de acção social, bem como a categoria socioprofissional e o nível de escolaridade do pai estão quase exclusivamente

associados à primeira dimensão. Por outro lado, o valor do empréstimo, o trabalho remunerado e a deslocação de residência encontram-se conectados com a segunda dimensão. Esta divisão é bastante clara e associa a bolsa de acção social às origens sociais dos estudantes e o empréstimo com garantia mútua (aqui representado pelos montantes totais) a aspectos relacionados com a autonomia social e residencial dos estudantes, o que indicia a existência de perfis diferentes para o usufruto dos dois instrumentos de apoio aos estudantes do ensino superior.

Figura 4.1: Medidas de discriminação das variáveis nas duas dimensões da ACM



Fonte: Inquérito ESEEGAM 2009

As diferenças entre perfis surgem, numa perspectiva multidimensional, representadas na figura 4.2. A primeira dimensão, relativa à bolsa de acção social, apresenta nos segundo e terceiro quadrantes os estudantes que provêm de famílias com mais

recursos escolares e económicos. É aí que situam, relativamente aos pais dos inquiridos, as categorias socioprofissionais de empresários, dirigentes e profissionais liberais e de profissionais, técnicos e de enquadramento, bem como o ensino secundário, médio e superior. Concomitantemente, à posse de maior volume total de recursos está associado o não usufruto de bolsa da acção social.

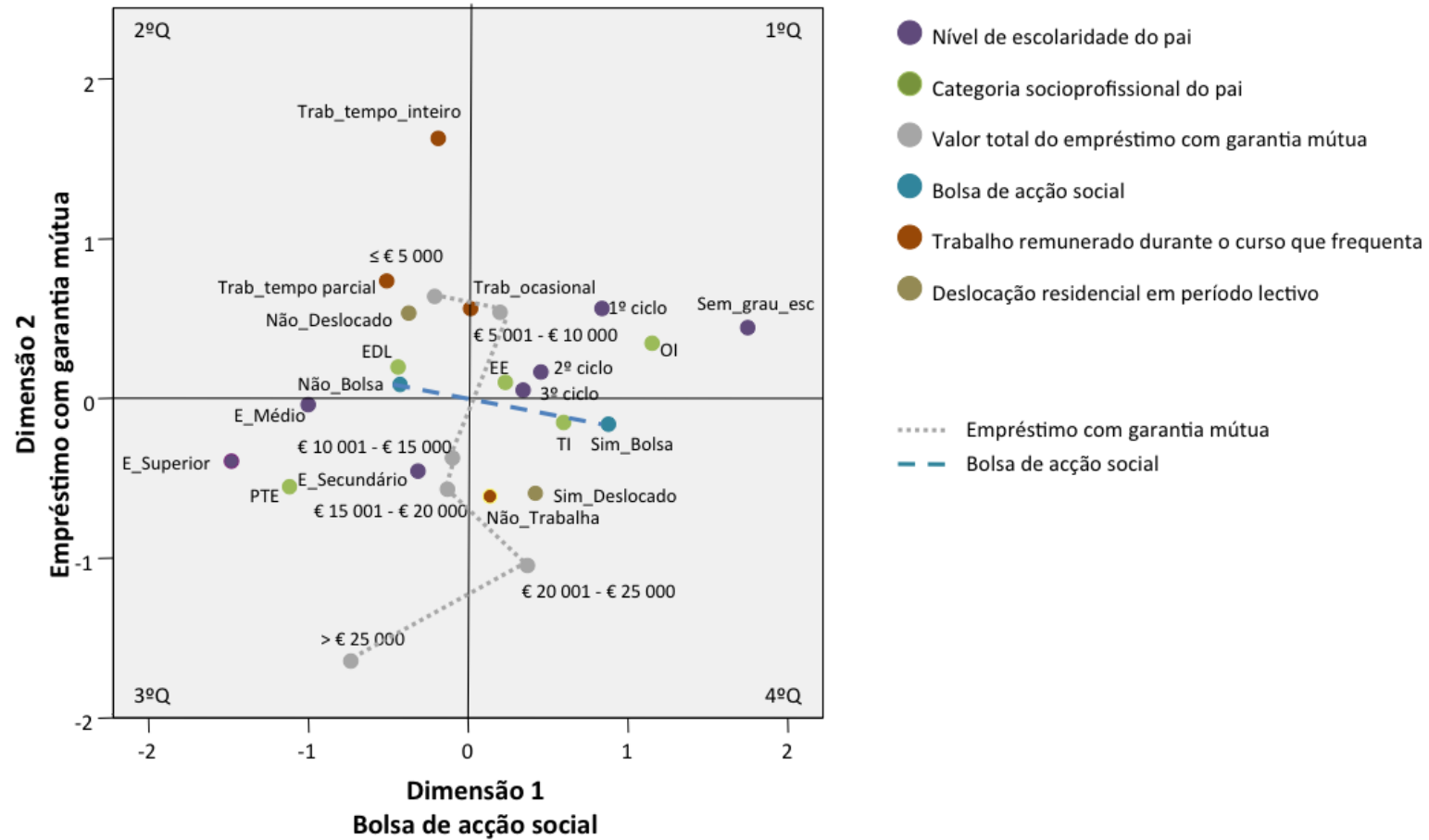
Inversamente, no primeiro e quarto quadrantes localizam-se as categorias socioprofissionais dos operários, dos empregados executantes e dos trabalhadores independentes, bem como os níveis de escolaridade que não ultrapassam o 3º ciclo do ensino básico. A estes baixos recursos socioeconómicos e educacionais surge associado o usufruto de bolsa de acção social

A segunda dimensão reporta-se ao empréstimo com garantia mútua. No primeiro e segundo quadrantes localizam-se os valores totais de empréstimo mais baixos, aos quais está associado o trabalho remunerado (ocasional, regular a tempo inteiro e regular a tempo parcial), bem como a permanência no mesmo local de residência em período lectivo. No terceiro e quarto quadrantes situam-se os escalões mais elevados dos montantes do empréstimo, bem como o não desempenho de uma actividade profissional e a deslocação residencial em tempo de aulas.

A distribuição dos montantes do empréstimo com garantia mútua não surge associada às origens sociais dos estudantes, o que vai ao encontro da análise bivariada levada a cabo no ponto anterior do estudo, através da qual foi possível perceber que não existe uma relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis.

A linha pontilhada (a cinzento) desenhada na figura 4.2 aponta precisamente para uma distribuição não linear dos montantes de empréstimo face à escolaridade e às categorias socioprofissionais dos pais dos inquiridos. Situação que contrasta com a linha tracejada (a azul) que demonstra de forma clara a associação entre usufruto de bolsa e origens sociais.

Figura 4.2: Perfis estudantis por tipo de apoio financeiro



Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

A distribuição dos montantes do empréstimo estrutura-se antes em torno de outras variáveis. Como é possível verificar, a valores mais baixos de empréstimo (até 10 000 €) está associado o trabalho ocasional ou a tempo parcial e a não deslocação residencial. O que significa que o empréstimo pode ser encarado sobretudo como complemento de outras fontes de rendimento. Para além disso, o facto de não terem de custear as despesas associadas à mudança de residência durante o período lectivo pode levar os estudantes a solicitarem montantes mais baixos de empréstimo.

Já os escalões intermédios de empréstimo (entre 10 001 € e 20 000 €) – mas também os mais elevados (> 20 000 €), ainda que um pouco mais distantes – surgem próximos do não exercício de uma actividade profissional. Como foi notado anteriormente, os estudantes que não trabalham tendem a solicitar empréstimos de valor mais elevado do que aqueles que trabalham.

No fundo, a análise de correspondências múltiplas confirma o que foi atrás indiciado pela exploração bivariada dos diferentes indicadores. Os empréstimos com garantia mútua e o apoio da acção social coexistem em cerca de um terço dos estudantes inquiridos, mas as lógicas sociais de recurso a cada um destes instrumentos de suporte financeiro são muito diferentes. As bolsas de acção social estão fortemente associadas aos recursos da família de origem dos estudantes, na medida em que os mais carenciados são os que usufruem deste tipo de apoio. Por outro lado, os empréstimos variam em função do desempenho ou não de uma actividade profissional e da deslocação ou não deslocação residencial em período lectivo: os estudantes que trabalham tendem a solicitar empréstimos mais baixos e os que são deslocados tendem a contratar empréstimos de valor mais elevado.

Síntese conclusiva

A análise levada a cabo ao longo deste relatório permitiu mapear um conjunto de elementos de caracterização dos estudantes que recorreram ao sistema de empréstimos com garantia mútua. Foi dada especial atenção às condições contratuais e às finalidades do empréstimo, à situação escolar dos inquiridos no ensino superior e às suas condições socioeconómicas, bem como à relação entre o sistema de empréstimos e o sistema de bolsas de acção social.

Relativamente às principais características do empréstimo solicitado por estes estudantes, importa destacar sobretudo quatro aspectos: a) a maioria dos empréstimos encontra-se concentrada numa só instituição bancária (58,9% dos inquiridos contratou empréstimo na Caixa Geral de Depósitos); b) os montantes contratados são moderados, com uma proporção maior de estudantes a solicitar valores até aos 15 000 € (77,6%); c) os contratos tendem a não ultrapassar os três anos de duração (52,8%); d) os estudantes declaram destinar os empréstimos principalmente ao pagamento de propinas (86,3%), de transportes (48,4%), de alimentação (46,7%) e de alojamento (39,6%).

Quanto à sua situação escolar, a maioria dos inquiridos estuda no 1º ciclo do ensino superior (82,6%), embora alguns estudantes recorram também ao empréstimo para financiar estudos pós-graduados (17,4%). Os inquiridos provêm de diferentes áreas de formação, frequentam, ainda que em diferentes proporções, o ensino público (60,8%) e o privado (39,2%), o universitário (62,5%) e o politécnico (37,5%), e encontram-se inseridos num conjunto diversificado de instituições, embora a maior parte se concentre nos três grandes pólos do ensino superior em Portugal (31,8% em Lisboa, 25,8% no Porto e 8,4% em Coimbra).

Mais de metade dos inquiridos são estudantes do sexo feminino (61,6%) e a maioria tem idades que não ultrapassam os 23 anos (64,6%). Grande parte dos estudantes com

empréstimos não trabalha (59,5%) e tem a família como fonte de suporte financeiro (70,6%) e contexto residencial (42,0%). O número de estudantes deslocados (47,0%) é um pouco inferior ao daqueles que permanecem na mesma residência em período lectivo (53,0%).

A análise das origens sociais destes estudantes com empréstimo de garantia mútua remete para um duplo padrão de recrutamento social dos estudantes do ensino superior, que se traduz na presença simultânea de estudantes oriundos quer de famílias com inserções profissionais mais remuneradas e qualificadas, quer de pais e mães com menos recursos escolares e económicos. Os grupos domésticos de onde provêm distribuem-se pelos diferentes níveis de escolaridade e pelas diferentes categorias socioprofissionais.

Deve, contudo, ser destacado o facto de entre os inquiridos se verificar uma proporção maior (aproximadamente mais 10%) de famílias de profissionais técnicos e de enquadramento face ao conjunto de estudantes do ensino superior em geral (Inquérito *Eurostudent* 2007). Em contrapartida, a presença de pais e mães que são empregados executantes encontra-se reforçada, também em cerca de 10%. Esta distribuição indicia que os empréstimos com garantia mútua têm algum impacto na abertura do ensino superior a estudantes oriundos de camadas sociais menos favorecidas.

Relativamente às origens sociais dos estudantes inquiridos, é possível identificar três perfis distintos:

- a) O empréstimo com garantia mútua pode constituir, para as famílias de classe média baixa, com inserções profissionais menos qualificadas e remuneradas, um instrumento de apoio financeiro a aspirações de mobilidade social ascendente;
- b) O elevado número de estudantes provenientes de famílias de técnicos e quadros médios e superiores (profissionais técnicos e de enquadramento), com um maior volume de recursos escolares e económicos, permite também perceber que o empréstimo pode ser mobilizado como meio de potenciar a

autonomia pessoal e as opções de estilo de vida por parte desses estudantes;

- c) A elevada percentagem de desemprego entre os pais (11,4%) e mães (13,8%) dos inquiridos, face ao conjunto de estudantes do ensino superior (Inquérito *Eurostudent* 2007), aponta ainda para a existência de empréstimos de cariz defensivo, que podem derivar de dificuldades económicas conjunturais.

Independentemente dos motivos que levaram à contratação do empréstimo com garantia mútua, os montantes solicitados são moderados, quaisquer que sejam as origens sociais dos estudantes.

Os elementos que, em estreita conjugação, permitem perceber a distribuição dos inquiridos pelos diversos montantes de empréstimo são sobretudo a área de formação, o sector e o subsistema de ensino que frequentam, o sexo e a idade dos inquiridos e ainda a deslocação residencial em período lectivo e o exercício de um trabalho remunerado. Valores mais elevados de empréstimo (acima dos 15 000 €) tendem a ser solicitados por estudantes das áreas de formação de Saúde e Protecção Social e de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, pelos inquiridos que frequentam o ensino público e universitário, sobretudo pelas estudantes do sexo feminino, por inquiridos com idades que não ultrapassam os 23 anos, pelos que não trabalham e pelos que têm uma residência diferente em período lectivo.

O facto de o conjunto destes estudantes ter origens sociais diversificadas e de os montantes de empréstimo não estarem associados às condições de vida das suas famílias contrasta com o perfil específico dos estudantes que, para além do empréstimo, usufruem ainda de apoio da acção social.

Desde logo, cerca de dois terços dos inquiridos que contrataram um empréstimo com garantia mútua não usufruem de bolsa de acção social. Mas, para além disso, as lógicas sociais de recurso a cada um destes instrumentos de suporte financeiro diferem substancialmente.

A bolsa de acção social é auferida por estudantes mais carenciados, provenientes de grupos domésticos com inserções profissionais menos qualificadas e remuneradas. Este tipo de apoio tem, portanto, como objectivo, compensar fragilidades económicas e proporcionar recursos a estudantes que, sem bolsa, poderiam ver a sua presença no ensino superior comprometida.

O recurso ao empréstimo, em contrapartida, não está vinculado às origens sociais dos estudantes que a ele recorrem. O empréstimo implica alguma capacidade de endividamento, quer do ponto de vista das condições objectivas, quer do das disposições subjectivas (ou ambas), e funciona sobretudo como complemento a outros rendimentos, possibilitando potenciar a autonomia pessoal e os estilos de vida dos estudantes.

A *lógica de compensação* subjacente aos apoios prestados directamente pelo Estado na forma de bolsas de acção social distingue-se, assim, de uma *lógica de potenciação* associada ao sistema de empréstimos com garantia mútua.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- Almeida, João Ferreira de; António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", em António Reis (org.), *Portugal: 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Almeida, João Ferreira de, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins, e Rosário Mauritti (2003), *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado, e António Firmino da Costa (2006), "Classes sociais e valores em contexto europeu", em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa, Atitudes Sociais dos Portugueses*, 6, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 69-96.
- Almeida, João Ferreira de; Luís Capucha; António Firmino da Costa; Fernando Luís Machado e Anália Torres (2007), "A sociedade", em António Reis (org.), *Retrato de Portugal. Factos e acontecimentos*, Rio de Mouro, Temas e Debates.
- Barr, Nicholas (2001), *The Welfare State as Piggy Bank: Information, Risk, Uncertainty, and the Role of the State*, Oxford, Oxford University Press.
- Barr, Nicholas (2003), *Financing Higher Education: Comparing the Options*, London, LSE.
- Barr, Nicholas (2007), "Financing higher education: tax, graduate tax or loans?", em John Hills, Julian Le Grand e David Piachaud (eds), *Making Social Policy Work: Essays in honour of Howard Glennerster*, Bristol, Policy Press, pp. 109-130.
- Barr, Nicholas e Iain Crawford (2005), *Financing Higher Education: Answers from the UK*, London, Routledge.
- Balsa, Casimiro, José Alberto Simões, Pedro Nunes, Renato do Carmo, e Ricardo Campos (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior. Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Colibri/CEOS.
- Casanova, José Luís (1993), *Estudantes Universitários: Composição Social, Representações e Valores*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto da Juventude.
- Cervenán, Amy e Alex Usher (2004), *The More Things Change: Undergraduate Student Living Standards After 40 Years of the Canada Student Loan Program*, Canadian Higher Education Report Series, Toronto, Educational Policy Institute.

- Christie, Hazel e Moira Munro (2003), "The logic of loans: students' perceptions of the costs and benefits of the student loan", *British Journal of Sociology of Education*, 24 (5), pp. 621-636.
- Cigno, Alessandro e Annalisa Luporini (2009), "Scholarships or student loans? Subsidizing higher education in the presence of moral hazard", *Journal of Public Economic Theory*, 11 (1), pp. 55-87.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (1990), "Estudantes e amigos: trajetórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, XXV (105-106), pp. 193-221.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2007), "Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional", em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento*, Col. Portugal no Contexto Europeu, vol. II, Lisboa, Celta Editora, pp. 5-20.
- Costa, António Firmino da, e João Teixeira Lopes (2008), *Os Estudantes e os seus Trajectos no Ensino Superior: Sucesso e Insucesso, Factores e Processos, Promoção de Boas Práticas*, Relatório Final, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Debande, Olivier (2004), "A Review of Instruments for Student Loans in Tertiary Education", *European Journal of Education*, 39 (2), pp. 161-190.
- Del Rey, E., e M. Racionero (2006), "Financing schemes for higher education", *Australian National University, Working Paper 460*.
- Edina, Berlinger; Gilly Gyula; Renata Kralikova e Anna-Maria Totomanova (2008), *Student Loan Scheme in Bulgaria. A model of shared financing of higher education system for improving equity, access and quality in a financially sustainable mass higher education system*, Bratislava, Slovak Governance Institute.
- European Commission, Eurydice e Eurostat (2007), *Key Data on Higher Education in Europe. 2007 Edition*, Bruxelas, Eurydice.
- Eurydice (2007), *Focus on the Structure of Higher Education in Europe, 2006/07. National Trends in the Bologna Process*, Bruxelas, Eurydice.
- Eurydice (2008), *Higher Education Governance in Europe. Policies, Structures, Funding and Academic Staff*, Bruxelas, Eurydice.
- Fernandes, António Teixeira (coord.) (2001), *Estudantes do Ensino Superior no Porto. Representações e Práticas Culturais*, Porto, Afrontamento.
- Fernandes, António Teixeira, António Joaquim Esteves, Isabel Dias, João Teixeira Lopes, Maria Manuel Mendes, e Natália Azevedo (1998), *Práticas e Aspirações*

- Culturais. Os Estudantes da Cidade do Porto*, Porto, Afrontamento/C. M. Porto.
- Ferreira, M. Luísa e Erika Farkas (2009), "The Hungarian student loan scheme: six years of financing access to higher education", *Higher Education Review*, 41 (2), pp. 23-47.
- Guille, M. (2002), "Student loans: a solution for Europe?", *European Journal for Education*, 37 (4), pp. 417-431.
- Harmon, Colm; Ian Walker e Niels Westergard-Nielsen (Eds.), (2001), *Education and Earnings in Europe: A Cross Country Analysis of the Returns to Education*, Northampton, Edward Elgar Publishing.
- Heitor, Manuel (2008), "Student loans in Portugal. Why and how?", Comunicação apresentada na Conferência *Increasing accessibility to higher education – Some international examples on student loans*, 2 de Junho de 2008, Universidade de Lisboa, Portugal.
- HIS (2005), *Eurostudent Report 2005: Social and Economics Conditions of Student Life in Europe 2005: Synopsis of Indicators*, disponível em <<http://www.his.de/Abt2/Auslandsstudium/Eurostudent/index.htm>>.
- HIS (2008), *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe. Synopsis of Indicators, Final Report, Eurostudent III 2005-2008*, Bielefeld, WBV.
- ICHEFAP (2009), *Higher Education Finance and Cost-Sharing in Portugal*, Buffalo, The International Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project.
- Johnstone, D. Bruce (2009), *Worldwide Trends in Financing Higher Education: A Conceptual Framework*, disponível em <[http://gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance/files/Publications/foundation_papers/\(2009\)_Worldwide_Trends_in_Financing_Higher_Education.pdf](http://gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance/files/Publications/foundation_papers/(2009)_Worldwide_Trends_in_Financing_Higher_Education.pdf)>.
- Johnstone, D. Bruce e Pamela Marcucci (2009), *Student Loans in International Context: A Primer*, disponível em <[http://gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance/files/Publications/student_loans/\(2009\)_Student_Loans_in_International_Context-Primer.pdf](http://gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance/files/Publications/student_loans/(2009)_Student_Loans_in_International_Context-Primer.pdf)>.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, e João Ferreira de Almeida (1989), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, pp. 189–209.
- Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida (2003) "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.

- Martins, Susana da Cruz (2005), "Portugal, um lugar de fronteira na Europa: uma leitura de indicadores socioeducacionais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 141-161.
- Martins, Susana da Cruz, e Joana Campos (2005), "Entre o secundário e o superior: trajectórias e orientações escolares dos estudantes recém chegados ao IPS", *Interações*, 1, pp. 125-148, disponível em <<http://nonio.eses.pt/interaccoes/artigos/A6.pdf>>.
- Martins, Susana da Cruz, e Joana Campos (2006), *Processos de Transição do Ensino Secundário Para o Superior: Os Alunos do Instituto Politécnico de Santarém*, Lisboa, Castelo Branco, POLITÉCNICA – Associação dos Institutos Politécnicos do Centro.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2005), *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal (Inquérito Eurostudent 2004)*, Lisboa, DGES/MCTES.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti, e António Firmino da Costa (2008), *Estudantes do Ensino Superior: Inquérito às Condições Socioeconómicas 2007*, (Inquérito Eurostudent 2007), Lisboa, DGES/MCTES.
- Mauritti, Rosário (2002a), *Estudantes Universitários: Trajectórias Sociais e Expectativas de Inserção Profissional* (Tese de Mestrado), Lisboa, ISCTE.
- Mauritti, Rosário (2002b), "Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, pp. 85-116.
- Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins, e António Firmino da Costa (2004), "Classes sociais numa perspectiva comparada: estruturas europeias actuais e instrumentos de análise", V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004.
- Mauritti, Rosário e Susana da Cruz Martins (2007), "Estudantes do ensino superior: condições de vida e contextos sociais", em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento*, Col. Portugal no Contexto Europeu, vol. II, Lisboa, Celta Editora,, pp. 85-101.
- New Zealand Ministry of Education (2008), *Annual Report: Student loan scheme*, Wellington, Ministry of Education.
- Nunes, Adérito de Sedas (2000), "A população universitária portuguesa: uma análise preliminar" e "O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento", em Adérito de Sedas Nunes *Antologia Sociológica*, Lisboa, ICS.
- Opheim, Vibeke (2005), "The economic burden of student loan repayment in Norway", *Education Economics*, 13 (4), pp. 427-447.
- OECD (2007a), *PISA 2006: Science Competencies for Tomorrow's World*, Paris, OECD Publishing.
- OECD (2007b), *Reviews of National Policies for Education: Tertiary Education in Portugal*, Paris, OECD Publishing.

- OECD (2009), *Education at a Glance 2009: OECD Indicators*, Paris, OECD Publishing.
- OCED/Santiago, Paulo, Karine Tremblay, Ester Basri, Elena Arnal (2008a), *Tertiary Education for the Knowledge Society, Volume 1: Governance, Funding, Quality*, Paris, OECD Publishing.
- OCED/Santiago, Paulo, Karine Tremblay, Ester Basri, Elena Arnal (2008b), *Tertiary Education for the Knowledge Society, Volume 2: Equity, Innovation, Labour Market, Internationalisation*, Paris, OECD Publishing.
- Salmi, Jamil (2000), *Student Loans in an International Perspective: The World Bank Experience*, LCSHD Paper Series 44, World Bank, Washington, disponível em <<http://wbIn0018.worldbank.org/LAC/lacinfoclient.nsf/d29684951174975c85256735007fef12/d4a6119794fde8be85256792006c55cb?OpenDocument>>.
- Schwartz, S. e R. Finnie (2002), "Student loans in Canada: an analysis of borrowing and repayment", *Economics of Education Review* 21, pp. 497-512.
- Shen, Hua e Adrian Ziderman (2009), "Student loans repayment and recovery: international comparisons", *Higher Education*, 57, pp. 315-333.
- Teixeira, Pedro; Ben Jongbloed; David Dill e Alberto Amaral (Eds.) (2004), *Markets in Higher Education. Rhetoric or Reality?*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- UK Department for Education and Skills (2003), *Higher Education Funding – International Comparisons*, London, Department for Education and Skills.
- UK Department for Education and Skills. (2004), *Student Loans and the Question of Debt*, London, Department for Education and Skills.
- Usher, Alex (2004), *Are the Poor Needy? Are the Needy Poor? The Distribution of Loans and Grants by Family Income Quartile in Canada*, Canadian Higher Education Report Series, Toronto, Educational Policy Institute.
- Usher, Alex (2005), *Global Debt Patterns. An International Comparison of Student Loan Burdens and Repayment Conditions*, Canadian Higher Education Report Series, Toronto, Educational Policy Institute.
- Vossensteyn, Hans (2004), *Student Financial Support. An Inventory in 24 European Countries*, Background report for the project on the portability of student financial support. C4HV 225.
- Woodhall, Maureen (Ed.), (2002), *Welsh Journal of Education – Special International Issue on Paying for Learning: The Debate on Student Fees, Grants and Loans in International Perspective*, 11 (1).

ANEXOS

Anexo A: Questionário aplicado no inquérito

As respostas a este inquérito, não assinado, são totalmente confidenciais.

PERCURSO ESCOLAR

1. Que ciclo do ensino superior frequenta?

- 1.º Ciclo (Licenciatura) 1
2.º Ciclo (Mestrado) 2
3.º Ciclo (Doutoramento) 3

2. Qual o curso que frequenta? Indique por favor a designação:

3. Qual a duração do curso que frequenta? Indique por favor o número de anos previsto no plano de estudos:

4. Em que ano curricular se encontra actualmente inscrita/o?

5. Qual é a instituição de ensino superior que frequenta?

6. Em que concelho se situa essa instituição?

7. Em que ano lectivo se inscreveu pela primeira vez no ensino superior?

8. Com que classificação média ingressou no ensino superior?

9. Qual é a sua classificação média até agora no ensino superior?

10. Usfruiu actualmente de bolsa da Acção Social Escolar?

- Sim 1
Não 2 (Vá directamente para a questão 13)

11. A que se destina essa bolsa? (pode indicar mais do que uma resposta)

- Propinas 1
Residência 2
Transportes 3
Alimentação 4
Material escolar 5
Outro(s) 6
Qual(is)? _____

12. Que valor de bolsa recebe por mês (bolsa base mensal + complementos)? Assinale o escalão correspondente:

- ≤ € 50 1
€ 51 – € 100 2
€ 101 – € 200 3
€ 201 – € 300 4
€ 301 – € 400 5
€ 401 – € 500 6
> € 500 7

EMPRÉSTIMO BANCÁRIO COM GARANTIA MÚTUA

13. Em que ano contratou o empréstimo com garantia mútua?

14. Em que banco?

- Banco Banif e Comercial dos Açores (ex-BCA) 1
Banco BPI 2
Banif (Banco Internacional do Funchal) 3
BES (Banco Espírito Santo) 4
BST (Banco Santander Totta) 5
Crédito Agrícola 6
CGD (Caixa Geral de Depósitos) 7
Millennium bcp (Banco Comercial Português) 8
Montepio Geral 9

15. Qual o número de anos do contrato?

16. Qual o valor total do empréstimo? Indique o escalão correspondente:

- ≤ € 5 000 1
€ 5 001 – € 10 000 2
€ 10 001 – € 15 000 3
€ 15 001 – € 20 000 4
€ 20 001 – € 25 000 5
> € 25 000 6

17. Quais os principais motivos que a/o levaram a solicitar o empréstimo? (pode indicar mais do que uma resposta)

- Pagamento de propinas 1
Despesas de alojamento 2
Despesas de alimentação 3
Despesas de transportes 4
Aquisição de computador / outros meios informáticos 5
Aquisição de outros meios de estudo 6
Participação no Programa de Mobilidade Erasmus 7
Outras viagens fora do país 8
Actividades culturais 9
Outros motivos / outras actividades 10
Quais? _____

18. Alguma vez usufruiu de outro tipo de empréstimos bancários para pagamento de despesas associadas à frequência do ensino superior?

- Sim 1 Até quando? (mês e ano) ____ / ____
Não 2

19. Alguma vez usufruiu de outro tipo de empréstimos bancários?

- Sim 1
De que tipo? _____
Até quando? (mês e ano) ____ / ____
Não 2

20. Como tomou conhecimento do Crédito para Estudantes do Ensino Superior com Garantia Mútua?

- Banco 1
Instituição de ensino superior que frequenta 2
Televisão 3
Imprensa escrita 4
Internet 5
Amigos/Colegas/Familiares 6
Outra situação 7
Qual? _____

CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

21. Sexo: Feminino 1 Masculino 2

22. Idade: _____ anos

23. É estudante deslocada/o? (residência diferente quando está em tempo de aulas)

Sim 1
Não 2

24. Com quem reside durante o tempo de aulas?

Pais 1
Cônjuge / namorado/a 2
Outros familiares 3
Colegas / amigos 4
Residência dos Serviços de Acção Social 5
Outra residência para estudantes 6
Vive só 7
Outra situação 8
Qual? _____

25. Em que concelho? _____

26. Quando não está em tempo de aulas, em que concelho reside? (no caso de residir fora de Portugal, indique o país)

27. Quais são as suas fontes de rendimento? (pode indicar mais do que uma resposta)

Família (pais, cônjuge, outra/os) 1
Trabalho 2
Bolsa/Subsídios 3
Empréstimos bancários 4
Outras fontes 5
Quais? _____

28. Tem ou teve algum trabalho remunerado desde que iniciou o curso que frequenta?

Não 1
(Vá directamente para a questão 31)
Sim, ocasionalmente 2
Sim, com regularidade a tempo parcial 3
Sim, com regularidade a tempo inteiro 4

29. Qual a categoria profissional que melhor descreve esse trabalho remunerado?

Dirigentes de empresas ou de organismos públicos 1
Profissionais intelectuais e científicos / Quadros superiores 2
Técnicos / Quadros médios 3
Empregados administrativos e do comércio 4
Trabalhadores de serviços pessoais e sociais 5
Agricultores / Trabalhadores agrícolas 6
Operários / Trabalhadores industriais 7
Outra 8
Qual? _____

30. Nessa actividade, qual é/era a sua situação na profissão?

Trabalhador/a por conta própria, com empregados 1
Trabalhador/a por conta própria, sem empregados 2
Trabalhador/a por conta de outrem 3
Outra situação 4
Qual? _____

CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

31. Qual o nível de escolaridade mais elevado que os seus pais completaram?

	Pai	Mãe
Sem grau de escolaridade	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Ensino básico-1.º ciclo, ou equivalente	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Ensino básico-2.º ciclo, ou equivalente	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Ensino básico-3.º ciclo, ou equivalente	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Ensino secundário	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Ensino médio	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
Ensino superior	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7

32. Qual a condição perante o trabalho dos seus pais?

	Pai	Mãe
Empregada/o	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Desempregada/o	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Profissionalmente não activa/o (ex: tarefas domésticas)	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Reformada/o	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Falecida/o	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Outra	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6

Qual? _____

33. Qual a categoria profissional que melhor descreve a profissão actual dos seus pais, ou a última que tiveram?

	Pai	Mãe
Dirigentes de empresas ou de organismos públicos	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Profissionais intelectuais e científicos / Quadros superiores	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Técnicos / Quadros médios	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Empregados administrativos e do comércio	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Trabalhadores de serviços pessoais e sociais	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Agricultores / Trabalhadores agrícolas	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
Operários / Trabalhadores industriais	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7
Outra	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8

Qual? _____

34. Qual é/era a situação dos seus pais nessa profissão?

	Pai	Mãe
Trabalhador/a por conta própria, com empregados	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
Trabalhador/a por conta própria, sem empregados	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
Trabalhador/a por conta de outrem	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
Outra situação	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4

Qual? _____

35. Tem irmãos a frequentar actualmente o ensino superior?

Sim 1 Quantos? _____
Não 2

SUGESTÕES

36. Gostaríamos ainda de poder contar com as suas sugestões para melhorar o sistema de empréstimos para estudantes do ensino superior com garantia mútua:

Anexo B: Valor total do empréstimo por categoria socioprofissional do pai

Categoria socioprofissional do pai		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
EDL	n	31	37	31	13	10	2	124
	% linha	25,0%	29,8%	25,0%	10,5%	8,1%	1,6%	100,0%
	% coluna	17,4%	17,1%	14,9%	15,9%	12,0%	20,0%	16,0%
PTE	n	55	41	54	27	21	3	201
	% linha	27,4%	20,4%	26,9%	13,4%	10,4%	1,5%	100,0%
	% coluna	30,9%	19,0%	26,0%	32,9%	25,3%	30,0%	25,9%
TI	n	19	18	24	5	10	0	76
	% linha	25,0%	23,7%	31,6%	6,6%	13,2%	0,0%	100,0%
	% coluna	10,7%	8,3%	11,5%	6,1%	12,0%	0,0%	9,8%
AI	n	5	6	3	0	1	0	15
	% linha	33,3%	40,0%	20,0%	0,0%	6,7%	0,0%	100,0%
	% coluna	2,8%	2,8%	1,4%	0,0%	1,2%	0,0%	1,9%
EE	n	40	60	52	19	23	4	198
	% linha	20,2%	30,3%	26,3%	9,6%	11,6%	2,0%	100,0%
	% coluna	22,5%	27,8%	25,0%	23,2%	27,7%	40,0%	25,5%
OI	n	27	48	44	18	17	1	155
	% linha	17,4%	31,0%	28,4%	11,6%	11,0%	0,6%	100,0%
	% coluna	15,2%	22,2%	21,2%	22,0%	20,5%	10,0%	19,9%
AA	n	1	6	0	0	1	0	8
	% linha	12,5%	75,0%	0,0%	0,0%	12,5%	0,0%	100,0%
	% coluna	,6%	2,8%	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	1,0%
Total	n	178	216	208	82	83	10	777
	% linha	22,9%	27,8%	26,8%	10,6%	10,7%	1,3%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

n.s.

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Anexo C: Valor total do empréstimo por categoria socioprofissional da mãe

Categoria socioprofissional da mãe		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
EDL	n	10	16	16	4	5	0	51
	% linha	19,6%	31,4%	31,4%	7,8%	9,8%	0,0%	100,0%
	% coluna	6,6%	8,9%	8,3%	5,3%	7,0%	0,0%	7,5%
PTE	n	37	40	43	19	10	2	151
	% linha	24,5%	26,5%	28,5%	12,6%	6,6%	1,3%	100,0%
	% coluna	24,3%	22,3%	22,4%	25,3%	14,1%	25,0%	22,3%
TI	n	6	12	10	0	7	0	35
	% linha	17,1%	34,3%	28,6%	0,0%	20,0%	0,0%	100,0%
	% coluna	3,9%	6,7%	5,2%	0,0%	9,9%	0,0%	5,2%
AI	n	3	1	1	0	2	0	7
	% linha	42,9%	14,3%	14,3%	0,0%	28,6%	0,0%	100,0%
	% coluna	2,0%	0,6%	0,5%	0,0%	2,8%	0,0%	1,0%
EE	n	76	78	88	35	37	5	319
	% linha	23,8%	24,5%	27,6%	11,0%	11,6%	1,6%	100,0%
	% coluna	50,0%	43,6%	45,8%	46,7%	52,1%	62,5%	47,1%
OI	n	18	30	34	16	8	1	107
	% linha	16,8%	28,0%	31,8%	15,0%	7,5%	0,9%	100,0%
	% coluna	11,8%	16,8%	17,7%	21,3%	11,3%	12,5%	15,8%
AA	n	2	2	0	1	2	0	7
	% linha	28,6%	28,6%	0,0%	14,3%	28,6%	0,0%	100,0%
	% coluna	1,3%	1,1%	0,0%	1,3%	2,8%	0,0%	1,0%
Total	n	152	179	192	75	71	8	677
	% linha	22,5%	26,4%	28,4%	11,1%	10,5%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

n.s.

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Anexo D: Área de formação por sector de ensino

Área de formação		Sector de ensino		Total
		Ensino Público	Ensino Privado	
Educação	n	28	14	42
	% linha	66,7%	33,3%	100,0%
	% coluna	4,9%	3,8%	4,5%
Artes e Humanidades	n	64	25	89
	% linha	71,9%	28,1%	100,0%
	% coluna	11,1%	6,8%	9,4%
Ciências Sociais, Gestão e Direito	n	164	139	303
	% linha	54,1%	45,9%	100,0%
	% coluna	28,5%	37,8%	32,1%
Ciências, Matemática e Informática	n	56	7	63
	% linha	88,9%	11,1%	100,0%
	% coluna	9,7%	1,9%	6,7%
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	n	110	32	142
	% linha	77,5%	22,5%	100,0%
	% coluna	19,1%	8,7%	15,1%
Agricultura	n	5	0	5
	% linha	100,0%	0,0%	100,0%
	% coluna	0,9%	0,0%	0,5%
Saúde e Protecção Social	n	113	115	228
	% linha	49,6%	50,4%	100,0%
	% coluna	19,7%	31,3%	24,2%
Serviços	n	35	36	71
	% linha	49,3%	50,7%	100,0%
	% coluna	6,1%	9,8%	7,5%
Total	n	575	368	943
	% linha	61,0%	39,0%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%

$\chi^2(7)=67,627$; $p<0,001$; V de Cramer=0,268

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Anexo E: Valor total do empréstimo por nível de escolaridade do pai

		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
Sem grau de escolaridade	n	2	2	3	1	0	0	8
	% linha	25,0%	25,0%	37,5%	12,5%	0,0%	0,0%	100,0%
	% coluna	1,0%	0,8%	1,2%	1,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Ensino básico – 1º ciclo	n	53	73	50	18	28	1	223
	% linha	23,8%	32,7%	22,4%	8,1%	12,6%	0,4%	100,0%
	% coluna	25,2%	28,7%	20,2%	18,8%	29,2%	9,1%	24,4%
Ensino básico – 2º ciclo	n	27	33	34	13	8	0	115
	% linha	23,5%	28,7%	29,6%	11,3%	7,0%	0,0%	100,0%
	% coluna	12,9%	13,0%	13,8%	13,5%	8,3%	0,0%	12,6%
Ensino básico – 3º ciclo	n	36	52	37	19	15	1	160
	% linha	22,5%	32,5%	23,1%	11,9%	9,4%	0,6%	100,0%
	% coluna	17,1%	20,5%	15,0%	19,8%	15,6%	9,1%	17,5%
Ensino secundário	n	47	54	67	27	26	3	224
	% linha	21,0%	24,1%	29,9%	12,1%	11,6%	1,3%	100,0%
	% coluna	22,4%	21,3%	27,1%	28,1%	27,1%	27,3%	24,5%
Ensino médio	n	18	16	12	6	6	3	61
	% linha	29,5%	26,2%	19,7%	9,8%	9,8%	4,9%	100,0%
	% coluna	8,6%	6,3%	4,9%	6,3%	6,3%	27,3%	6,7%
Ensino superior	n	27	24	44	12	13	3	123
	% linha	22,0%	19,5%	35,8%	9,8%	10,6%	2,4%	100,0%
	% coluna	12,9%	9,4%	17,8%	12,5%	13,5%	27,3%	13,5%
Total	n	210	254	247	96	96	11	914
	% linha	23,0%	27,8%	27,0%	10,5%	10,5%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

n.s.

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Anexo F: Valor total do empréstimo por nível de escolaridade da mãe

Nível de escolaridade da mãe		Valor total do empréstimo com garantia mútua						Total
		≤ 5 000 €	5 001 € – 10 000 €	10 001 € – 15 000 €	15 001 € – 20 000 €	20 001 € – 25 000 €	> 25 000 €	
Sem grau de escolaridade	n	5	5	3	1	0	0	14
	% linha	35,7%	35,7%	21,4%	7,1%	0,0%	0,0%	100,0%
	% coluna	2,3%	1,9%	1,2%	1,0%	0,0%	0,0%	1,5%
Ensino básico – 1º ciclo	n	48	65	45	17	21	1	197
	% linha	24,4%	33,0%	22,8%	8,6%	10,7%	0,5%	100,0%
	% coluna	22,4%	25,3%	18,3%	17,2%	21,9%	9,1%	21,3%
Ensino básico – 2º ciclo	n	29	39	31	10	16	1	126
	% linha	23,0%	31,0%	24,6%	7,9%	12,7%	0,8%	100,0%
	% coluna	13,6%	15,2%	12,6%	10,1%	16,7%	9,1%	13,7%
Ensino básico – 3º ciclo	n	40	49	46	17	15	1	168
	% linha	23,8%	29,2%	27,4%	10,1%	8,9%	0,6%	100,0%
	% coluna	18,7%	19,1%	18,7%	17,2%	15,6%	9,1%	18,2%
Ensino secundário	n	52	50	66	30	31	3	232
	% linha	22,4%	21,6%	28,4%	12,9%	13,4%	1,3%	100,0%
	% coluna	24,3%	19,5%	26,8%	30,3%	32,3%	27,3%	25,1%
Ensino médio	n	13	12	14	10	6	2	57
	% linha	22,8%	21,1%	24,6%	17,5%	10,5%	3,5%	100,0%
	% coluna	6,1%	4,7%	5,7%	10,1%	6,3%	18,2%	6,2%
Ensino superior	n	27	37	41	14	7	3	129
	% linha	20,9%	28,7%	31,8%	10,9%	5,4%	2,3%	100,0%
	% coluna	12,6%	14,4%	16,7%	14,1%	7,3%	27,3%	14,0%
Total	n	214	257	246	99	96	11	923
	% linha	23,2%	27,8%	26,7%	10,7%	10,4%	1,2%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

n.s.

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Anexo G: Finalidade do empréstimo pela finalidade da bolsa de acção social

(% coluna)

Finalidade do empréstimo (resposta múltipla)	Finalidade da bolsa de acção social (resposta múltipla)									
	Propinas		Residência		Transportes		Alimentação		Material escolar	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Pagamento de propinas	173	68,9	57	76,0	110	81,5	103	86,6	92	81,4
Despesas de alojamento	126	50,2	53	70,7	49	36,3	46	38,7	43	38,1
Despesas de alimentação	162	64,5	54	72,0	89	65,9	77	64,7	81	71,7
Despesas de transportes	151	60,2	52	69,3	83	61,5	75	63,0	67	59,3
Aquisição de computador / outros meios informáticos	53	21,1	14	18,7	33	24,4	23	19,3	22	19,5
Aquisição de outros meios de estudo	80	31,9	16	21,3	45	33,3	40	33,6	39	34,5
Participação no Programa de Mobilidade Erasmus	17	6,8	5	6,7	8	5,9	6	5,0	7	6,2
Outras viagens fora do país	4	1,6	0	0,0	2	1,5	2	1,7	1	0,9
Actividades culturais	13	5,2	1	1,3	9	6,7	6	5,0	8	7,1
Outros motivos / outras actividades	19	7,6	7	9,3	13	9,6	11	9,2	10	8,8

$\chi^2(50)=163,369$; $p<0,001$

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

(% linha)

Finalidade do empréstimo (resposta múltipla)	Finalidade da bolsa de acção social (resposta múltipla)									
	Propinas		Residência		Transportes		Alimentação		Material escolar	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Pagamento de propinas	173	74,6	57	24,6	110	47,4	103	44,4	92	39,7
Despesas de alojamento	126	82,4	53	34,6	49	32,0	46	30,1	43	28,1
Despesas de alimentação	162	84,4	54	28,1	89	46,4	77	40,1	81	42,2
Despesas de transportes	151	83,4	52	28,7	83	45,9	75	41,4	67	37,0
Aquisição de computador / outros meios informáticos	53	84,1	14	22,2	33	52,4	23	36,5	22	34,9
Aquisição de outros meios de estudo	80	86,0	16	17,2	45	48,4	40	43,0	39	41,9
Participação no Programa de Mobilidade Erasmus	17	89,5	5	26,3	8	42,1	6	31,6	7	36,8
Outras viagens fora do país	4	100,0	0	0,0	2	50,0	2	50,0	1	25,0
Actividades culturais	13	76,5	1	5,9	9	52,9	6	35,3	8	47,1
Outros motivos / outras actividades	19	82,6	7	30,4	13	56,5	11	47,8	10	43,5

$\chi^2(50)=163,369$; $p<0,001$

Fonte: CIES, Inquérito EESEGAM 2009

Anexo H: Perfis estudantis por tipo de apoio financeiro (Análise de Correspondências Múltiplas)

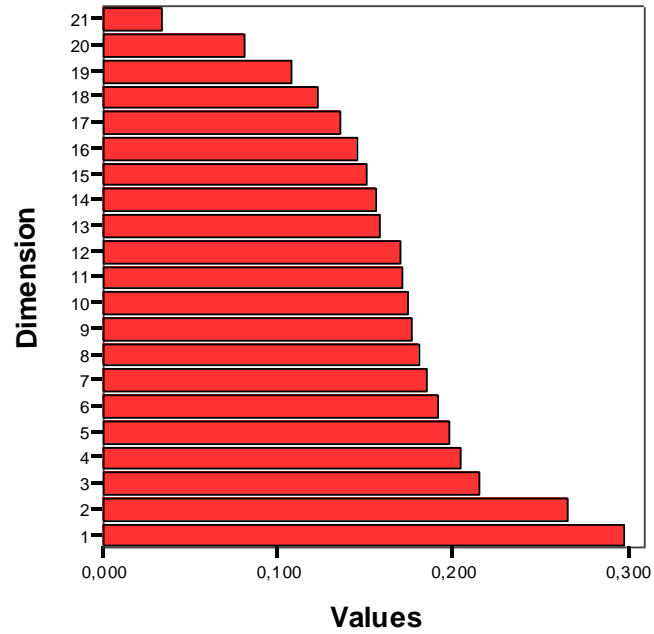
Model Summary

Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Inertia	Total (Eigenvalue)
1	,527	1,782	,297
2	,446	1,592	,265
3	,267	1,286	,214
4	,220	1,225	,204
5	,186	1,183	,197
6	,152	1,145	,191
7	,116	1,107	,184
8	,087	1,078	,180
9	,062	1,055	,176
10	,049	1,042	,174
11	,033	1,028	,171
12	,019	1,016	,169
13	-,068	,946	,158
14	-,082	,936	,156
15	-,136	,898	,150
16	-,182	,868	,145
17	-,280	,811	,135
18	-,434	,734	,122
19	-,666	,643	,107
20	-1,288	,482	,080
21	-4,917	,196	,033
22	-31,921	,036	,006
23	-58,648	,020	,003
24	-104,226	,011	,002
25	-144,499	,008	,001
Total		21,131	3,522
Mean	-,220(a)	,845	,141

a Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.

Model Summary

Statistics : Variance Accounted For Inertia



Case Processing Summary

Valid Active Cases	737
Active Cases with Missing Values	220
Supplementary Cases	0
Total	957
Cases Used in Analysis	957

Iteration History

Iteration Number	Variance Accounted For		
	Loss	Increase	Total
21(a)	1,687309	,000006	4,312691

a The iteration process stopped because the convergence test value was reached.

Model Summary

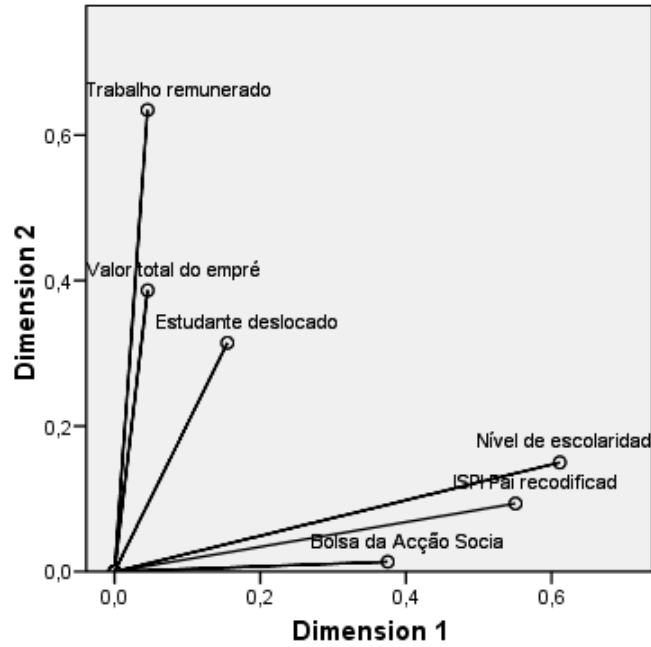
Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Inertia	Total (Eigenvalue)
1	,527	1,782	,297
2	,446	1,592	,265
Total		3,375	,562
Mean	,489(a)	1,687	,281

a Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.

Discrimination Measures

	Dimension		
	1	2	Mean
Bolsa da Acção Social Escolar	,375	,013	,194
Valor total do empréstimo com garantia mútua	,045	,387	,216
Estudante deslocado	,155	,314	,235
Trabalho remunerado desde que iniciou o curso que frequenta	,045	,634	,340
Nível de escolaridade do pai	,611	,150	,381
ISPI Pai recodificado	,551	,094	,322
Active Total	1,782	1,592	1,687

Discrimination Measures



Variable Principal Normalization.

ISPI Pal recodificado

Points: Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution					
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		Total	
		1	2			1	2	1	2		
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	124	-.439	,197								
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	203	-1,119	-,553								
Trabalhadores Independentes	77	,598	-,151								
Empregados Executantes	201	,232	,101								
Operários	159	1,151	,345								
Missing	193										
Active Total											

Variable Principal Normalization.

ISPI Pai recodificado

Points: Contributions

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				Total
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		
		1	2			1	2	1	2	
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	124			,023	,145	,014	,003	,029	,006	,034
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	203			,037	,130	,149	,041	,339	,083	,422
Trabalhadores Independentes	77			,014	,154	,016	,001	,031	,002	,033
Empregados Executantes	201			,037	,131	,006	,001	,014	,003	,017
Operários	159			,029	,140	,123	,012	,263	,024	,286
Missing	193									
Active Total				,139	,701	,309	,059			

Variable Principal Normalization.

Nível de escolaridade do pai

Points: Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				Total
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		
		1	2			1	2	1	2	
Sem grau de escolaridade	8	1,750	,444							
Ensino básico - 1º ciclo, ou equivalente	228	,839	,564							
Ensino básico - 2º ciclo, ou equivalente	116	,456	,165							
Ensino básico - 3º ciclo, ou equivalente	164	,344	,052							
Ensino secundário	225	-,314	-,455							
Ensino médio	62	-1,001	-,039							
Ensino superior	124	-1,482	-,393							
Missing	30									
Active Total										

Variable Principal Normalization.

Nível de escolaridade do pai

Points: Contributions

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				Total
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		
		1	2			1	2	1	2	
Sem grau de escolaridade	8			,001	,174	,014	,001	,025	,002	,026
Ensino básico - 1º ciclo, ou equivalente	228			,042	,134	,094	,048	,208	,094	,302
Ensino básico - 2º ciclo, ou equivalente	116			,021	,154	,014	,002	,027	,004	,031
Ensino básico - 3º ciclo, ou equivalente	164			,030	,143	,011	,000	,024	,001	,024
Ensino secundário	225			,041	,131	,013	,031	,029	,062	,091
Ensino médio	62			,011	,167	,036	,000	,065	,000	,065
Ensino superior	124			,023	,149	,160	,013	,318	,022	,340
Missing	30									
Active Total				,169	1,053	,343	,094			

Variable Principal Normalization.

Bolsa da Acção Social Escolar

Points: Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				Total
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		
		1	2			1	2	1	2	
Sim	316	,878	-,161							
Não	634	-,427	,086							
Missing	7									
Active Total										

Variable Principal Normalization.

Bolsa da Acção Social Escolar

Points: Contributions

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				Total
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		
		1	2			1	2	1	2	
Sim	316			,058	,119	,143	,005	,357	,012	,369
Não	634			,116	,061	,068	,003	,330	,014	,344
Missing	7									
Active Total				,173	,180	,210	,008			

Variable Principal Normalization.

Valor total do empréstimo com garantia mútua

Points: Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				Total
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		
		1	2			1	2	1	2	
≤ € 5 000	216	-,209	,638							
€ 5 001 - € 10 000	263	,199	,539							
€ 10 001 - € 15 000	253	-,098	-,372							
€ 15 001 - € 20 000	101	-,130	-,568							
€ 20 001 - € 25 000	99	,370	-1,047							
> € 25 000	11	-,734	-1,645							
Missing	14									
Active Total										

Variable Principal Normalization.

Valor total do empréstimo com garantia mútua

Points: Contributions

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				Total
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		
		1	2			1	2	1	2	
<= € 5 000	216			,039	,136	,006	,058	,012	,112	,124
€ 5 001 - € 10 000	263			,048	,129	,006	,050	,014	,103	,117
€ 10 001 - € 15 000	253			,046	,130	,001	,023	,003	,047	,050
€ 15 001 - € 20 000	101			,018	,158	,001	,021	,002	,036	,038
€ 20 001 - € 25 000	99			,018	,159	,008	,071	,015	,119	,134
> € 25 000	11			,002	,168	,003	,020	,006	,031	,037
Missing	14									
Active Total				,172	,879	,025	,243			

Variable Principal Normalization.

Estudante deslocado

Points: Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				Total
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		
		1	2			1	2	1	2	
Sim	446	,421	-,594							
Não	503	-,371	,534							
Missing	8									
Active Total										

Variable Principal Normalization.

Estudante deslocado

Points: Contributions

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				Total
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		
		1	2			1	2	1	2	
Sim	446			,081	,094	,046	,103	,146	,291	,437
Não	503			,092	,085	,041	,094	,143	,295	,438
Missing	8									
Active Total				,173	,179	,087	,197			

Variable Principal Normalization.

Trabalho remunerado desde que iniciou o curso que frequenta

Points: Coordinates

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		Total
		1	2			1	2	1	2	
Não	564	,136	-,612							
Ocasionalmente	165	,014	,562							
Regularidade a tempo parcial	112	-,509	,735							
Regularidade tempo inteiro	107	-,187	1,627							
Missing	9									
Active Total										

Variable Principal Normalization.

Trabalho remunerado desde que iniciou o curso que frequenta

Points: Contributions

Category	Frequency	Centroid Coordinates		Mass	Inertia	Contribution				
		Dimension				Of Point to Inertia of Dimension		Of Dimension to Inertia of Point		Total
		1	2			1	2	1	2	
Não	564			,103	,072	,006	,139	,025	,508	,533
Ocasionalmente	165			,030	,146	,000	,034	,000	,062	,062
Regularidade a tempo parcial	112			,020	,154	,017	,040	,033	,068	,101
Regularidade tempo inteiro	107			,020	,158	,002	,186	,004	,313	,317
Missing	9									
Active Total				,173	,530	,025	,398			

Variable Principal Normalization.

